
LICENCIATURA PLENA EM PEDAGOGIA

Joselaine Andréia de Godoy Stênico

**EDUCAÇÃO E TRABALHO: AS POLÍTICAS PÚBLICAS E AS
ARTICULAÇÕES DAS AÇÕES DE QUALIFICAÇÃO E GERAÇÃO
DE EMPREGO PARA A JUVENTUDE**

The bottom half of the cover features a large, abstract geometric design. It consists of a series of overlapping triangles in various shades of blue and white, creating a complex, crystalline pattern that resembles a stylized globe or a network of interconnected nodes.

Rio Claro/SP
2011

Joselaine Andréia de Godoy Stênico

**EDUCAÇÃO E TRABALHO: AS POLÍTICAS PÚBLICAS E
AS ARTICULAÇÕES DAS AÇÕES DE QUALIFICAÇÃO E
GERAÇÃO DE EMPREGO PARA A JUVENTUDE**

Orientadora: Dra. Joyce Mary Adam de Paula e Silva

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Instituto de Biociências da Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho- Câmpus de Rio Claro, para obtenção do grau de Licenciado em Pedagogia.

Rio Claro, SP
2011

331 Stênico, Joselaine Andréia de Godoy
S826e Educação e trabalho: as políticas públicas e as articulações
das ações de qualificação e geração de emprego para a juventude
/ Joselaine Andréia de Godoy Stênico. - Rio Claro :
[s.n.], 2011.
53 f. : il., gráfs., tabs.

Trabalho de conclusão de curso (licenciatura - Licenciatura
Plena em Pedagogia) - Universidade Estadual Paulista,
Instituto de Biociências de Rio Claro.
Orientador: Joyce Mary Adam de Paula e Silva

1. Trabalho. 2. Formação profissional 3. Jovens. 4.
Mercado. I. Título.

Ficha Catalográfica elaborada pela STATI - Biblioteca da UNESP
Campus de Rio Claro/SP

Joselaine Andréia de Godoy Stênico

**EDUCAÇÃO E TRABALHO: AS POLÍTICAS PÚBLICAS E
AS ARTICULAÇÕES DAS AÇÕES DE QUALIFICAÇÃO E
GERAÇÃO DE EMPREGO PARA A JUVENTUDE**

Banca Examinadora:

Prof^ª. Dra. Joyce Mary Adam de Paula e Silva - UNESP

Prof. Dr. José Euzébio de Oliveira Souza Aragão - UNESP

Prof^ª. Dra. Maria Aparecida Segatto Muranaka - UNESP

Rio Claro, SP
2011

Resumo

Este trabalho analisa as transformações ocorridas na sociedade brasileira, de modo particular nas relações estabelecidas entre os campos do trabalho, da educação e da juventude. A implementação de uma nova lógica no processo de acumulação de capital, significou mudanças que atingiram o mercado de trabalho, provocando novas questões sociais, especialmente para a juventude, que podem ser traduzidas pelo crescente desemprego e pelas novas configurações do trabalho, dessa maneira, um amplo debate têm suscitado em torno das exigências que o mercado impõe aos que pretendem engajar-se nele, as relações entre qualificação, conhecimento e as possibilidades de inserção no mercado de trabalho da população, reeditam a discussão sobre as desigualdades sociais que exigiram do campo das políticas públicas alternativas para enfrentar esse quadro de exclusão. Voltando-se para a reflexão sobre os processos de qualificação/formação e inserção de jovens nas relações de trabalho, este estudo pretende abordar e refletir sobre as políticas educacionais voltadas para a inserção da juventude no mercado de trabalho, assim como, analisar as ações de geração de postos de trabalhos e qualificação para jovens entre 18 e 29 anos, para tanto, examinaremos o Programa Nacional de Inclusão de Jovens - PROJOVEM - do Governo Federal, que visa ampliar o atendimento ao público juvenil excluído da escola e da formação profissional, permitindo que os jovens sejam reintegrados ao processo educacional, recebendo qualificação sócio profissional.

Palavras-chave: Educação e Trabalho, Juventude e Trabalho, Qualificação Profissional.

Abstract

This paper analyzes the transformations in Brazilian society, especially in relations between the fields of work, education and youth. The implementation of a new logic in the process of capital accumulation, changes meant to hit the job market, causing new social issues, especially for youth, which can be translated by rising unemployment and new job settings, thus, have sparked a broad debate around the requirements that the market imposes on that intend to engage in it, relations skills, knowledge and ability to enter the labor market of the population, reissuing the discussion on social inequalities that required the field of alternative public policies to address this situation of exclusion. Turning to the reflection on the process of qualification / training and placing young people in employment relationships, this study aims to address and reflect on educational policies aimed at the inclusion of youth in the labor market, as well as analyze the actions of generating jobs and skills for young people between 18 and 29 years to do so, we will examine the National Youth Inclusion Program- PROJOVEM - sponsored by the Federal Government, which aims to expand the service to the youngsters excluded from school and vocational training, allowing young people to be reintegrated into the educational process, receiving social skills training.

Keywords: Education and Manpower, Youth and Employment, Vocational Training.

Agradecimentos

A Deus, pois só Ele é digno de toda honra e toda glória.

A Professora Dra. Joyce Mary Adam de Paula e Silva, pelos incentivos, encorajamento, confiança e disposição para crer e participar deste trabalho, e, sobretudo pelo imenso estímulo intelectual propiciado pela convivência acadêmica.

Aos meus pais, José Carlos Stênico e Maria de Lourdes Franco de Godoy Stênico e aos meus irmãos, Jaqueline Andreza de Godoy Stênico e Jeferson Willian de Godoy Stênico, pela confiança, estímulos, sempre seguros e pacientes. Obrigada por todo o incentivo e carinho.

A Edison da Silva, pelo carinho, amor e por ter propiciado ensejo à revisão de alguns pontos do trabalho, sua contribuição foi importante na eliminação de muitas imperfeições. Apesar da distância geográfica, muito se faz presente, cujo entusiasmo me propicia a oportunidade de superar dificuldades vultosas.

A Sandra Gomes de Oliveira que, ao longo desses meus quatro anos, posso considerar como verdadeira amiga. Obrigada por ter vivenciado comigo os detalhes deste trabalho, compartilhando conhecimentos, abertura intelectual e principalmente a amizade.

Expresso ainda meu reconhecimento ao companheirismo de Joseane Karine Tobias. Obrigada pelos incentivos, pela troca de conhecimento, de nunca coíbiem meus pensamentos divergentes e, sobretudo, pela amizade.

Devo agradecimento especial a meu irmão, Jeferson, pela extraordinária ajuda com o programa Látex. Obrigada pela imensa paciência, tolerância em relação ao tempo que lhe roubei. Seu auxílio foi vital para o desenvolvimento do trabalho.

A todos vocês: Obrigada por terem doado tempo, recursos, talentos, orações e corações, Deus que vê em secreto, certamente recompensará a todos !

*Aos meus pais José Carlos Stênico e Maria de Lourdes Franco de Godoy
Stênico. Fontes inesgotáveis de amor e compreensão.*

Sumário

Lista de Figuras	ix
Lista de Tabelas	xi
Lista de Abreviaturas e Siglas	xiii
1 Introdução	1
2 Objetivos e Métodos da Pesquisa	5
2.1 Objetivos da Pesquisa	5
2.2 Procedimentos Metodológicos	6
3 Educação, Processo Tecnológico e (Des) Emprego	11
4 Políticas Públicas, Educação, Juventude e Trabalho	19
4.1 A Construção das Políticas do Trabalho	24
5 A Experiência do Projovem em Santa Bárbara d’ Oeste	27
5.1 O Projovem Trabalhador	27
5.2 Projovem Trabalhador em Santa Bárbara d’Oeste/SP	29
5.2.1 Fatos Históricos e Aspectos Atuais	29
5.2.2 Estatísticas e Números	31
5.2.3 Especificidades do Projovem Trabalhador no Município	37
5.2.4 Considerações Preliminares	40
6 Conclusão	43
7 Referências Bibliográficas	49

Lista de Figuras

3.1	Evolução do índice de desemprego de 1980 a 1999. Fonte e Elaboração: Pochmann (2000, p.129).	16
3.2	Taxa de crescimento do PIB brasileiro e taxa de desemprego por trimestre (em %) Fonte e Elaboração: OIT (2010).	17
5.1	Evolução populacional do município. Fonte: IBGE.	31
5.2	Comparação populacional por faixa etária nos anos de 2001 e 2010 do município. Fonte: IBGE.	32
5.3	População economicamente ativa em 2000 do município. Fonte: CAGED/MTE.	33
5.4	Trabalhadores Formais por raça e gênero em 2000 do município. Fonte: CAGED/MTE.	34
5.5	Trabalhadores Informais por raça e gênero em 2000 do município. Fonte: CAGED/MTE.	34
5.6	Comparação de Rendimentos (em reais) de Santa Bárbara d'Oeste e o Estado de São Paulo em 2010. Fonte: Fundação SEADE.	35
5.7	Jovens de 16 a 24 anos Economicamente Ativos em 2000 do Município. Fonte: CAGED/MTE.	35
5.8	Total de Atividades por Gênero em 2010. Fonte: CAGED/MTE.	36
5.9	Remuneração Média de Atividades por Gênero em 2010. Fonte: CAGED/MTE.	36
5.10	Remuneração média de empregos formais com idade de 16 a 24 anos do município. Fonte: CAGED/MTE.	36
5.11	Evolução do Salário Médio Real de Admissão por Gênero - Primeiros Semestres de 2003 a 2011 do Brasil. Fonte e Elaboração: CAGED/MTE.	37
5.12	Ocupações com Maiores Estoques por Gênero em 2010. Fonte: CAGED/MTE.	39
5.13	Remuneração Média das Ocupações com Maiores Estoques por Gênero em 2010. Fonte: CAGED/MTE.	39

Lista de Tabelas

3.1	Número Médio de Anos de Estudo por Idade - Brasil 1992-2007. Fonte: Pnad - IBGE (2007). Elaboração: Pnad com Adaptações	17
5.1	Ranking do Município de Santa Bárbara d'Oeste em Termos de Qualidade de Vida. Fonte: Fundação SEADE.	32

Lista de Abreviaturas e Siglas

CAGED - Cadastro Geral de Empregados e Desempregados

CONJUVÉ - Conselho Nacional de Juventude

DIEESE - Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IDH - Índice de Desenvolvimento Humano

MDA - Ministério da Educação e Ministério do Desenvolvimento Agrário

MDS - Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome

MEC - Ministério da Educação

MTE - Ministério do Trabalho e Emprego

OIT - Organização Internacional do Trabalho

PNAD - Pesquisa Nacional por Amostras de Domicílios

PNBEM - Política Nacional de Bem-Estar do Menor

PNLEM - Programa Nacional do Livro Didático para o Ensino Médio

PNPE - Programa Nacional de Estímulo ao Primeiro Emprego

PNUD - Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento

PROJOVEM - Programa Nacional de Inclusão de Jovens

PROMED - Programa de Melhoria e Expansão do Ensino Médio

PROUNI - Programa Universidade para Todos

SEADE - Sistema Estadual de Análise de Dados

SNJ - Secretaria Nacional de Juventude

Capítulo 1

Introdução

A teoria pedagógica no socialismo acrescentou uma nova concepção da relação instrução - trabalho, "que vai além do somatório de uma instrução tradicional mais uma capacidade profissional e tende a propor a formação de um homem omnilateral"(MANACORDA, 1996, p.313).

Assim como, a partir do conceito de princípio educativo em Gramsci, partem da relação entre desenvolvimento científico-técnico e a escola, propondo nova relação entre trabalho intelectual e industrial, não somente na escola, mas em toda vida social de modo a definir o humanismo socialista (MANACORDA, 1996).

A noção de omnilateralidade proposto por Gramsci, compreende o desenvolvimento integral do ser humano em todas as direções, buscando a superação da divisão do trabalho, atrelando trabalho manual ao intelectual num processo histórico concreto, a partir do domínio dos processos científicos e tecnológicos dos processos produtivos.

Entretanto, os pressupostos da formação omnilateral, integral e do trabalho como princípio educativo, foi apropriado pelo capitalismo, adquirindo nova conotação com expressão cada vez mais contemporânea, de uma instrução para os dominados, diretamente relacionados aos interesses econômicos, a do fazer produtivo, orientado pela lógica de mercado que marcam a sociedade tecnológica.

Dentro desse contexto, o processo de industrialização representou a incorporação de grande massa de trabalhadores, assim como favoreceu o desaparecimento de postos de trabalhos:

Já com as atuais transformações tecnológicas, verifica-se uma redução não só relativa, mas absoluta da mão de obra. Verifica-se uma enorme economia de tempo de trabalho humano necessário, fazendo com que a produção do valor dependa menos da intervenção viva do homem (MACHADO,1992, p.13).

Picanço (1992) inspirado por Vildhovtchenko (1987) afirma que no contexto das transformações científicas-tecnológicas, encontram-se ideias associadas ao progresso social, ao lado da nova interpretação para conceitos como racional, humano e progressista, sendo assim, o impacto desse novo quadro nos processos educacionais, se consolida em modelos de pedagogia a serviços de propósitos hegemônicos, em complementação a isso, o autor assinala a formação de um "novo homem"adscritos aos limites da formação num dado posto de trabalho, legitimando

o interesse da escola quanto a domesticação de futuros trabalhadores, bem como a alienação de novas gerações de consumidores.

Nessa perspectiva a noção de qualificação ganha novo significado sob a ordem tecnológica. A educação deve se preocupar em ensinar saberes úteis ao mercado de trabalho, de acordo com interesses da sociedade capitalista, focada nos princípios de produtividade, eficiência e racionalização:

No âmbito da educação é indispensável situar-se, com discernimento, o modo com a revolução tecnológica está afetando as práticas nas quais estamos imersos. Isto significa, numa dada perspectiva, conhecer as exigências que essa acarreta para o homem, especialmente no que significa sua ação ou capacidade de agir sobre esta mesma revolução tecnológica e, em geral, como estas transformações afetam o interior do campo educativo em termos de noções e conceitos (teorias e de métodos e procedimentos no fazer educação) (PICANÇO, 1992, p.54).

Nota-se, portanto, que é, sobretudo, nos âmbitos da informática e da telecomunicação que as transformações no sistema capitalista mundial decorrem e com ela um dos efeitos mais notáveis é o crescente desemprego. A vulnerabilidade maior ocorre no segmento juvenil, que são excluídos do processo produtivo diante da limitada oferta de oportunidades e as especificidades da condição juvenil contemporânea, dessa maneira, para enfrentar esse quadro de exclusão, exigiu-se do campo das políticas públicas para tratar das relações entre qualificação, conhecimento e as possibilidades de inserção no mercado de trabalho.

De acordo com Lingard (2004), a política educacional, tornou-se um elemento das ações econômicas, tendo em vista que a educação é considerada como ferramenta central para a produção da prosperidade econômica e da igualdade de oportunidades dentro da nação, geralmente as políticas educacionais, baseiam-se em políticas e práticas internacionais e são construídas a partir da relação com outras políticas (sociais e mercado de trabalho), mantendo o foco nas pessoas, que é parte integrante da prosperidade econômica.

Pochmann (2002) afirma que o emprego constitui uma variável básica de funcionamento da economia capitalista, portanto, uma estratégia de modo a sustentá-lo na contemporaneidade, encontra-se associados às políticas de emprego, que se concentram na "redução dos desajustes nas ocupações e rendimentos que ocorrem no plano nacional, regional e setorial quanto aos problemas de qualificação profissional (...)"(p.109), entretanto, Manfredi (2002), nos alerta que as políticas adotadas pelo governo brasileiro têm características excludentes, que não resultam no crescimento do número de empregos bem como as das taxas de ocupação do trabalho formal.

O tema relacionado à postergação da entrada no mundo do trabalho, ganhou vulto no cenário brasileiro recentemente, por meio das políticas públicas que alia educação a trabalho, visando a formação profissional. Caruso (1992), assinala que a formação profissional circunscreve a partir da mobilização de novas competências, adotando metodologias de ensino que conduzam ao "aprender a aprender", de modo a capacitar o trabalhador a enfrentar o processo de absolência do seu saber.

No que concerne a formação profissional, Manfredi (2002, p.50) simplifica o todo a ser elencado neste trabalho:

A educação profissional, enquanto prática social, é uma realidade condicionada, determinada e não condicionante de qualificação social para o trabalho e para o emprego. Com isso, não se quer dizer que não haja uma correlação entre as necessidades e as transformações em curso no mundo do trabalho, com a emergência de novos requisitos educacionais e a importância da escola. Contudo, as relações entre escola e trabalho dão-se em um contexto histórico de movimentos contraditórios, pois, ao mesmo tempo em que convivemos com grandes transformações no campo da tecnologia, da ciência, das formas de comunicação, convivemos também com o aumento do desemprego, da diversificação das especializações, com a redução de oportunidade de emprego estável, com o aumento do emprego por conta própria, temporário - enfim, um movimento de ressignificação da importância da educação e da escola, associado ao movimento de redução do emprego formal e de requalificação do trabalho assalariado.

Diante desse contexto, este trabalho está estruturado da seguinte maneira:

No Capítulo 2, apresentamos os procedimentos metodológicos, de modo a expor de forma pormenorizada os objetivos e a metodologia utilizada permitindo que esse trabalho se consolidasse.

O Capítulo 3 expõe os mecanismos pelos quais a educação se revela importante no capitalismo. Inicialmente é feita uma exposição evidenciando momentos históricos em que a educação se alinhou estreitamente aos interesses econômicos, corroborando com o contexto e a fomentação do capitalismo. Em seguida, discute-se o dinamismo do mercado de trabalho em virtude das inovações tecnológicas, exibindo, dessa maneira, a forma precária e difícil de inserção dos jovens brasileiros no mercado de trabalho. Ao final do capítulo são apresentados dados de escala nacional e mundial no que concernem as taxas de desemprego, assim como perpassa historicamente, aspectos da relação entre economia e mercado de trabalho.

O Capítulo 4 estuda sobre as políticas públicas voltadas aos jovens para ingressarem no mercado de trabalho, diante da limitada oferta de oportunidades e as especificidades da condição juvenil contemporânea. Foi traçado historicamente como as políticas públicas se desenvolveu no Brasil, inicialmente com a ideologia que fundamentou-se na manutenção da ordem social até assumir um caráter desenvolvimentista de formação ao mundo do trabalho. E, finalizando o capítulo, apresentaremos como é realizada a construção das políticas de trabalho, assim como as teorias existentes que corroboram na inserção do mercado de trabalho.

No Capítulo 5 demonstraremos uma experiência de política pública que atrela educação e trabalho em Santa Bárbara d'Oeste, intitulado Projovem. Primeiramente, expõe conceitos e especificidades do Programa, em seguida, como é desenvolvido o Projovem no Município. Posteriormente, apresenta os indicadores sociais e, sobretudo, econômicos da cidade, identificando como estas características engendraram na atual dinâmica local da economia. Finalizaremos o capítulo, com uma crítica preliminar dos aspectos estudados neste capítulo.

Por último, no Capítulo 6, apresentamos as considerações obtidas e possíveis extensões a este trabalho.

Capítulo 2

Objetivos e Métodos da Pesquisa

Este capítulo está subdividido em duas partes. Na primeira, descreveremos os objetivos da pesquisa, em seguida, apresentaremos o processo de construção metodológica da pesquisa, de modo a evidenciar os métodos e instrumentos utilizados, bem como os procedimentos para a validação das análises realizadas.

2.1 Objetivos da Pesquisa

A presente pesquisa tem como objetivo analisar as transformações ocorridas na sociedade brasileira em decorrência das mudanças no campo produtivo e das novas configurações no desenvolvimento do capitalismo, de forma particular, pretende identificar as relações estabelecidas entre os campos do Trabalho, da Educação e da Juventude, para tanto, propomos ampliar o debate, examinando o problema do desemprego juvenil e a sua relação com a educação.

Pretendemos também, analisar as políticas públicas que foram construídas para jovens, na tentativa de reduzir os índices de desemprego neste segmento, de modo a refletir sobre as políticas educacionais voltadas para a inserção da juventude no mercado de trabalho, analisando os processos de qualificação/formação e inserção de jovens nas relações de trabalho.

Propomos-nos ainda, a examinar o Programa Nacional de Inclusão de Jovens - PROJOVEM - do Governo Federal, recentemente implantado no Município de Santa Bárbara d'Oeste/SP que visa ampliar o atendimento ao público juvenil excluído da escola e da formação profissional, permitindo que os jovens sejam reintegrados ao processo educacional, recebendo qualificação sócio profissional.

As questões abordadas acima, bem como a discussão teórica, geralmente nessa área de conhecimento, estão vinculadas à formulação de políticas educacionais, dessa maneira, envolve uma abordagem da ação governamental no campo da educação, nesse contexto, ao investigar as políticas educacionais, sobretudo no Brasil, pode-se recuperar a dinâmica histórica, de modo a priorizar os dilemas que envolvem a centralização e descentralização das políticas educacionais e também as condições para uma educação politicamente orientada no contexto da democratiza-

ção do acesso à educação, sendo assim, esse estudo deverá contribuir para aprofundar o debate na área de políticas educacionais de modo a desencadear discussões e reflexões sobre órgãos governamentais formuladores de políticas que conduzam a propostas de programas específicos para a população jovem.

2.2 Procedimentos Metodológicos

Para atingir os objetivos a que nos propomos, realizamos uma pesquisa no contexto da metodologia qualitativa, norteador pelas pesquisas Bibliográfica e Documental. De acordo com Gil (1991, p.48) "A pesquisa bibliográfica é desenvolvida a partir de material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos [...] se propõe à análise das diversas posições acerca de um problema [...]". Gil (1991) afirma ainda que a Pesquisa Documental muito se assemelha a pesquisa bibliográfica, a diferença essencial entre ambas está na natureza das fontes, assim como vale-se de materiais que ainda não receberam um tratamento analítico.

Com base nos objetivos propostos, esta pesquisa pode ser classificada como Exploratória:

[...] tem como objetivo proporcionar maior familiaridade com o problema, com vistas a torná-lo mais explícito ou a construir hipóteses [...] tem como objetivo principal o aprimoramento de ideias ou a descoberta de intuições. Seu planejamento é, portanto, bastante flexível, de modo que se possibilite a consideração dos mais variados aspectos relativos ao fato estudado (GIL, 1991, p.45).

Após determinação dos objetivos, foi realizado levantamento bibliográfico pertinente a temática que se estendeu até o término deste trabalho, pois ao problematizar o tema à luz da literatura, de modo a realizar interlocução com o campo teórico, conseguimos propor questões de modo que se esgotem as análises, favorecendo o debate profícuo.

Concomitantemente foi realizado coleta de dados de campo. A técnica utilizada na coleta de dados foi a de localizar e levantar fontes que tratam do tema, capazes de fornecer respostas adequadas à solução do problema proposto, de modo obter material para análise. Os principais acervos são documentos legais (sobretudo, a legislação), arquivos públicos municipais, estaduais, nacionais e toda a documentação que permita recuperar informações que tratam do perfil sócio econômico do Município, dados estatísticos, informações sobre o Projovem e demais dados discriminados ao longo do trabalho.

Especificamente sobre o **PROJOVEM**, realizamos levantamento de dados no plano macro, que consistiu na busca de documentos oficiais que regem o plano nacional, como Leis Federais, Medidas Provisórias, Decretos, Termos de Referências e Portarias. O mesmo foi realizado no plano micro, em âmbito municipal, realizando o levantamento e identificação de Leis Municipais e Projetos de Leis. O objetivo na busca por tais documentos estão concentrados na leitura, conhecimento, transcrição de apontamentos importantes e, sobretudo, reflexão a luz do campo teórico, de modo a identificar informações e dados, estabelecendo relações entre as informações e os dados obtidos com o problema proposto.

No que se refere ao levantamento histórico, sobretudo dos aspectos econômicos do município de Santa Bárbara d'Oeste/SP, os dados foram coletados a partir do site oficial da Prefeitura, bem como na consulta de documentação/livros sobre a cidade. Os dados foram selecionados em ordem cronológica e por acontecimentos mais importantes no tocante a economia local. A atenção em demasia aos aspectos econômicos do município, deve-se a dados que potencialmente permitem identificar como esses aspectos engendraram na atual dinâmica local da economia.

No que concernem aos dados estatísticos evidenciados ao longo deste trabalho, foram utilizados as plataformas de dados disponibilizados pelo:

A - IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

Foi Selecionado o Canal "Banco de Dados por Cidades", após busca de São Paulo como Unidade de Federação e finalmente a escolha do Município de Santa Bárbara d'Oeste.

Foi consultado o número de habitantes, entre os anos de 1991, 1996, 2000, 2007 e o último censo 2010, onde permitiu traçar a evolução quantitativa do número de habitantes.

Em seguida, foi selecionado os anos 2001 e 2010 por gênero e separado pelas seguintes faixas etárias, com intervalos de 19 anos, com exceção a primeira faixa: 0 a 9 anos, 10 a 29 anos, 30 a 49 anos, 50 a 69 anos, 70 e acima. Tais dados permitiram identificar a evolução populacional por gênero, bem como qual faixa etária possui maior concentração de habitantes.

Ainda foram consultados dados da estrutura etária do Brasil dos anos 1991, 2000 e 2010, o que permitiu comparar com dados do município, evidenciando a convergência de dados a nível nacional.

B - PNUD - Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, permitiu a consulta do Índice de Desenvolvimento Humano - IDH do município, de modo a evidenciar quantitativamente aspectos sociais da cidade.

C - Cadastro Geral de Empregados e Desempregados / Ministério do Trabalho e Emprego - CAGED/MTE.

Nessa plataforma, foi possível consultar todos os dados concernentes aos indicadores de mercado de trabalho do ano 2000, (pesquisa mais recente no que se refere a esses indicadores do município), tais como População Economicamente Ativa (PEA), PEA da população jovem por gênero, Trabalhadores informais e formais por raça e gênero, áreas de concentração das atividades empregatícias, remuneração média de empregos formais com idade de 16 a 24 anos.

Além disso, foi consultado dados concernentes ao ano de 2010, aos quais foram, atividades por segmento e gênero, remuneração média de atividades por gênero, remuneração média das ocupações com maiores estoques por gênero para certificar se os cursos propostos pelo Projovem são condizentes com as expectativas local.

Foi consultado ainda, dados de 2011, aos quais foram o número de trabalhadores formais em 2011, nível de emprego formal celetista do primeiro semestre de 2011, bem como a evolução do

salário médio real de admissão por gênero nos primeiros semestres de 2003 a 2011 do Brasil.

A consulta desses dados foi de fundamental importância, pois forneceu um conjunto de variáveis, suficiente para o rateio das informações do município, permitindo traçar o perfil econômico do município, identificando a dinâmica que efetivamente operam no mercado, permitindo análises do comportamento dos agentes econômicos como para a observação estatística de um conjunto de variáveis.

D - Fundação SEADE - Sistema Estadual de Análise de Dados.

Nessa base de dados, foi possível identificar aspectos relacionados à educação e de condição de vida, de modo a evidenciar indicadores sociais, para tanto, foi selecionado o tema "Educação", em seguida "Perfil Municipal", seleção do município de Santa Bárbara d'Oeste.

Os dados selecionados se referem ao ano de 2010, consultou-se a média de anos de estudos da população do município bem como a do Estado de São Paulo, de modo a comparar ambos dados.

Consultou-se ainda os segmentos que possuem maiores rendimentos de modo a comparar o município com o Estado de São Paulo; a taxa geométrica de crescimento anual da população 2000/2010, o Índice de envelhecimento do município em 2011, realizando comparação com dados nacionais; os indicadores de qualidade de vida como a Riqueza Municipal, Longevidade e Escolaridade dos anos de 2006 e 2008.

E - DIEESE - Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos.

Nessa plataforma foi possível coletar aspectos referentes a rendimentos por gênero, bem como anos de estudos, posteriormente, realizou-se levantamento de teses, livros e artigos que tratam do tema da discriminação nos rendimentos.

F - PNAD - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios.

Essa base de dados permite consultar informações sócio econômica da população, especificamente, cruzar características educacionais com as de trabalho, sendo assim, foram coletados as taxas de desemprego juvenil e adulto do ano de 2007, bem como o número médio de anos de estudo por idade no Brasil dos anos de 1992 a 2007.

G - OIT - Organização Internacional do Trabalho.

Nessa plataforma, foi possível coletar a taxa de crescimento do PIB brasileiro e taxa de desemprego por trimestre 2007 a 2010, bem como as taxas de desemprego mundial de 2010, 2009 e 2007, as taxas de desemprego juvenil dos anos de 1991, 2007 e 2009, esse por último foi possível traçar o panorama brasileiro no que concerne as relações de emprego e desemprego a nível mundial.

Todos os dados e informações coletados, foram organizados de modo a categorizá-los, de

acordo com Lüdke & André (1986). Utilizou-se de quatro categorias:

- Projovem Nível Federal;
- Projovem Nível Municipal;
- Aspectos Sociais do Município;
- Aspectos Econômicos do Município.

Em seguida, realizou-se avaliação do conjunto inicial das categorias através de um processo chamado de convergente, posteriormente, realizou-se o "enriquecimento do sistema" a partir do processo divergente, que inclui as seguintes estratégias: aprofundamento, ligação e ampliação e finalmente, foi feito um novo julgamento das categorias quanto a sua abrangência e delimitação (LÜDKE, ANDRÉ, 1986).

Após a classificação e a organização dos dados, foi identificadas tendências e padrões relevantes de modo a buscar relações e inferências com o campo teórico:

Esse acréscimo pode significar desde um conjunto de proposições bem concatenadas e relacionadas que configuram uma nova perspectiva teórica até o simples levantamento de novas questões e questionamentos [...]. (LÜDKE, ANDRÉ, 1986, p.49).

Temos então, a primeira fase finalizada, que constituiu uma etapa fundamental para que a pesquisa se consolidasse, buscou-se o re-questionamento desse processo inicial para que a etapa posterior se concretizasse, para tanto, refletiu-se sobre as ações realizadas de modo a detectar falhas na direção de "desvendar" o objeto de estudo, dessa maneira, o produto dessa etapa, serviu de base para orientação da análise documental, segundo Lüdke, André (1986, p.38) "a análise documental pode se constituir numa técnica valiosa de abordagem de dados qualitativos [...] desvelando aspectos novos de um tema ou problema".

Esses procedimentos iniciais, determinados pelos propósitos específicos do estudo foram os alicerces para a coleta de dados, a análise desses dados foi baseada a partir da "metodologia de análise de conteúdo" proposto por Lüdke, André (1986), essas autoras afirmam que esse método permite investigar o conteúdo simbólico das mensagens e que no processo de decodificação das mensagens, utiliza-se não apenas o conhecimento formal e lógico como também o conhecimento experiencial que será utilizado nos procedimentos adequados para o seu controle.

Nessa fase, realizou-se o aprofundamento da revisão teórica de modo a relacionar as descobertas feitas durante o estudo com a literatura (LÜDKE, ANDRÉ, 1986), no decorrer de todo o processo, houve preocupação em manter estreita ligação entre teoria e método. Essa relação, foi construída ao longo do percurso da pesquisa, numa constante atitude de busca e tentativa de descoberta de conhecimentos de modo que o conteúdo fosse ampliado de maneira crítica, possibilitando análises de acontecimentos atuais no que concerne a temática educação e trabalho.

Capítulo 3

Educação, Processo Tecnológico e (Des)Emprego

As transformações tecnológicas e a crescente globalização da economia, sem dúvida, são ímpares na dimensão que alcançam e velocidade em que ocorrem, cada vez mais, tornam-se propulsoras, direta ou indiretamente, das principais mudanças vivenciadas pela sociedade capitalista, nesse sentido, Saviani (2002) afirma que a educação é fundamentada pelas determinações diretas das condições de funcionamento do mercado capitalista, denominada como "concepção produtivista de educação", da qual ganha forma com o acentuado movimento escolanovista ¹ no início do século XX, sobretudo a partir da década de 1950.

Com a crise do capitalismo na década de 1970, evidenciada pela elevação do preço do petróleo, pela alta inflacionária e pelo esgotamento do modelo fordista, a educação passou a ser apontada como um dos elementos fortes de mudanças de modo a alinhar a uma nova ordem econômica, política e social (MAUÉS, 2003).

O objetivo era o de contribuir para a sociedade do saber, substituindo a sociedade industrial e, assim, atender aos anseios da globalização, por meio da rentabilidade, do lucro e competitividade, para tanto, seria necessário alinhar a escola à empresa de forma que os conteúdos ensinados devessem ser adequados às exigências do mercado (MAUÉS, 2003).

Morrow & Torres (2004) afirmam que a educação na antiga ordem capitalista estava orientada na construção de cidadãos para o Estado bem como produzir força de trabalho disciplinada e confiável para atender os processos de produção fordista, entretanto, esse sistema tradicional de educação foi questionado na globalização intensificada, era necessário uma concepção de educação mais cosmopolita para atender a nova economia global pós-fordista, para tanto, fundamental seria trabalhadores capazes de se adaptarem a regimes de trabalhos flexíveis e empregos inseguros.

Diante desse cenário, a partir do final da década de 1980, as reformas educacionais, di-

¹(MANACORDA, 1996), ressalta que o movimento escolanovista, ou ainda escola ativa, nasceu como um grande e generalizado movimento de democratização da educação. A escola nova possibilita associar uma especialização inicialmente espontânea e, em seguida voltada para uma profissão.

tas neoliberais, partiram do princípio da eficiência e produtividade de modo a se alinhar aos interesses econômicos, sob inspiração do toyotismo:

[...] a educação estaria contaminada pelos discursos da eficácia, do lucro e da competitividade. Esses aspectos da educação como mercadoria são reforçados por discursos oficiais com os argumentos da necessidade de adaptar a educação às mudanças que a sociedade do conhecimento exige por parte da escola (MAUÉS, 2003, p.97).

Foi a partir da chamada Pedagogia das Competências que escola se alinhou ao mercado de uma forma direta, de acordo com os ditames do taylorismo-fordismo. A ênfase na formação prática, para uma formação vinculada à lógica de mercado voltada para uma sociedade globalizada, na qual o capital, o dinheiro, é mais importante do que o homem como sujeito crítico, produtor de conhecimento e construtor de sua história.

[...] a introdução da noção de competência constitui uma mudança no sentido ideológico, ou seja, no de diminuir os conhecimentos que hoje são apresentados pela escola, tendo em vista que estes são úteis para a inserção no mercado de trabalho. [...] E aí está a grande mudança, isto é, os conhecimentos deixam de ser importantes para se dar maior destaque ao *savoir-exécuter* [saber executar], tendo em vista a compreensão de que as competências são sempre consideradas em situação, em ação (MAUÉS, 2003, p.107).

Almeida (2002, p.136-137) assevera que "a escola torna-se predominante à medida que o espaço de produção econômica cresce e torna-se mais complexo, passando a exigir um maior volume de conhecimentos para se operar em seu interior". A autora ressalta ainda que o volume e o tipo de conhecimento devem ser necessários para a formação de produtores capazes de responder às demandas de produção, isto é, a escola apenas com a função funcionalista, ou seja, formar para o trabalho. Nessa perspectiva, Delors (1999) propõe uma nova concepção de educação que está estreitamente ligada à questão da formação profissional, o "aprender a fazer", que consiste na aquisição de capacidades diversas, fins de ordem econômica, adaptando a educação à questão da formação profissional:

[...] as aprendizagens devem evoluir e não podem mais ser consideradas como simples transmissão de práticas mais ou menos rotineiras, embora estas continuem a ter um valor formativo que não é de desprezar (DELORS, 1999, p.93).

Dessa forma, com a globalização e o neoliberalismo, o papel da escola é apenas para atender o mercado de trabalho e não na formação integral do cidadão, nesse sentido, Juliá (2001, p.23) afirma que a educação vem para "forjar uma nova ciência cívica por meio da cultura nacional e por meio da inculcação de saberes associados à noção de "progresso" ".

Nesse mesmo contexto, Saviani (2002, p.20) ressalta ainda que a educação passou a ser considerada desejável não apenas por razões sociais ou culturais, mas especificamente por motivos econômicos que então "passou, pois, a ser concebida como dotada de um valor econômico próprio e considerada um bem de produção (capital) e não apenas consumo", tal afirmativa,

evidencia que o conceito de capital não se restringe mais a bens materiais, como bem salienta Schultz (1973).

Schultz (1973), ao conceituar educação, ressalta para o significado da preparação para uma profissão por meio de instrução sistemática, e afirma que "as escolas podem ser consideradas empresas especializadas em produzir instrução"(p.19), nota-se, portanto, que a partir da qualificação dos recursos humanos, o autor verifica se este é fator preponderante para o desenvolvimento econômico, em outras palavras, uma educação pautada na "Teoria do Capital Humano", sendo assim, a educação como princípio de enriquecimento da nação e do indivíduo.

De acordo com Pilletti (1998) a Teoria do Capital Humano na área educacional, permite identificar as possibilidades de crescimento sócio-econômico a partir da capacitação tecnológica, que por sua vez, depende de educação e formação profissional adequadas.

Nessa perspectiva, a educação torna-se um instrumento que deve corroborar com o contexto e a fomentação do capitalismo, de modo a formar um homem condizente com as necessidades da sociedade atual, ou seja, adequado às demandas da reestruturação produtiva e orientado pela lógica da formação para o mercado de trabalho, baseando-a em pressupostos da formação omnilateral, integral e do trabalho como princípio educativo.

Saviani (1986) assevera que o sistema educacional está estruturado a partir do princípio trabalho, tendo em vista ser a base da existência humana, nota-se, portanto, a ideia do trabalho como princípio educativo:

Trabalhar é agir sobre a natureza, agir sobre realidade, transformando-a em função dos objetivos, das necessidades humanas. A sociedade se estrutura em função da maneira pela qual se organiza o processo de produção da existência humana, o processo de trabalho (SAVIANI, 1986, p. 14).

É nesse sentido que o documento "Educação e Conhecimento: eixo da transformação produtiva com equidade", elaborado pela Comissão Econômica para a América Latina - Cepal (1993), enfatiza que para se inserir com êxito na economia mundial de modo a incorporar e difundir o progresso técnico como fator fundamental para a competitividade é necessário que se de prioridade à educação e ao conhecimento, sendo assim, Silva (2007) afirma que o conhecimento e a inovação passaram a ser vistos como importantes forças de sobrevivência e de aquisição de vantagens competitivas.

Nesse contexto, Letelier (1999) afirma que na busca para atender às exigências do mercado de trabalho, a educação estabelece seu ideário de reformas, em estreita relação com a ideia global de competitividade, de modo a abranger uma formação ampla em detrimento de formações específicas.

Nota-se, portanto, uma educação inserida na sociabilidade capitalista, vinculada aos interesses da classe dominante que reproduz o tipo de educação para a formação do homem necessário para atuar no mercado de trabalho, onde o processo ensino-aprendizagem se limita a dimensão técnica instrumental, uma formação flexível, polivalente, que atende às exigências imediatas do capital.

Entretanto, a formação escolar para o mercado de trabalho efetivamente não ocorre. Sem entrar nas questões espinhosas relativas à qualidade do ensino e ao atraso escolar, Rocha (2008, p.533) afirma que esse não é um problema eminentemente brasileiro, nota-se "dificuldade de expansão da demanda de mão de obra ao ritmo adequado para absorver os que ingressam no mercado de trabalho, o que resulta em taxas de desocupação elevadas, particularmente para os mais jovens".

A autora ressalta ainda que na busca desenfreada pela inserção no mercado de trabalho, os jovens são os mais afetados, uma vez que já estão em situação de desvantagens pelas características específicas, bem como pela falta de experiência profissional. Nesse contexto, segundo Sanchis (1997), o processo de especialização da mão de obra, cada vez mais crescente no âmbito da globalização, leva à divisão do trabalho, provocando efeitos importantes sobre a estrutura do emprego e do desemprego:

Enquanto numa economia de subsistência a transferência de força de trabalho de uma atividade a outra é quase automática, numa economia especializada o ajuste não é tão rápido. Em consequência, é fácil ver por que, à medida que o desenvolvimento econômico segue seu curso, o desemprego vai-se convertendo numa questão cada vez mais importante [...] (SANCHIS, 1997, p.60).

Dessa maneira, pode-se inferir que no quadro de referência da globalização, as relações de trabalho sofrem de instabilidade acentuada, sobretudo, potencializando alto grau de desemprego em virtude do acirramento da concorrência e especialização da mão de obra.

Não há razão para duvidar que a tecnologia informacional e a organização do trabalho conforme a produção enxuta são causas do desemprego estrutural. [...]. A introdução de dispositivos informatizados (robôs, MFCMC, microprocessadores etc.) elimina postos de trabalho, porém é duvidoso que o faça em maior proporção do que a reengenharia, o enxugamento, a reestruturação organizacional. O fato é que seja por via da automação eletrônica, seja por via da remodelação do layout organizativo da empresa, os empregos somem aos milhares e aos milhões [...] é indispensável salientar incisivamente ainda outra causa provocadora do desemprego estrutural [...]: a política deflacionária sistemática imperante nos países desenvolvidos do sistema capitalista e por eles imposta aos países em desenvolvimento (GORENDER, 1997, p.329,330).

Nessa perspectiva, observa-se que é, sobretudo nos âmbitos da informática e da telecomunicação que as transformações no sistema capitalista mundial decorrem e com ela um dos efeitos mais notáveis é o crescente desemprego. Sanchis (1997, p.52) afirma que os conceitos de "emprego" e "desemprego" são particularmente ambíguos, devendo ser refletidos apenas para as "sociedades industriais, com alta porcentagem de população assalariada, e sua produtividade, em geral, aumenta em função do grau de industrialização". Ainda sobre as inovações tecnológicas e o dinamismo do mercado, Pochmann (2002, p.18) nos alerta:

Deve-se salientar que as inovações tecnológicas se fazem acompanhar de um cenário de baixas taxas de crescimento econômico, com desregulada concorrência e profundas incertezas na economia mundial. Por consequência, tende a se ampliar o grau de heterogeneidade social, identificado por meio da instabilidade no mundo do trabalho, da precarização das condições e relações de trabalho e da permanência de elevadas taxas de desemprego.

No que concerne ao debate sobre tecnologia e emprego, Sanchis (1997) afirma que esse tema é mais velho que o próprio capitalismo, desde a aparição dos primeiros movimentos ludistas na Inglaterra até nos dias atuais como os bóias frias encaram a mecanização da coleta do algodão. Entretanto, "hoje a história demonstra que o progresso técnico permitiu ao homem trabalhar menos e viver melhor [...]"(p.99). O autor ainda acrescenta:

Afinal, hoje as máquinas não só substituem a força física, mas também a inteligência. E se até a pouco tempo se pensava que a tecnologia não poderia destruir empregos terciários com tanta facilidade como na indústria, hoje sabemos que o computador substitui empregados mais depressa do que a máquina automática substitui trabalhadores (SANCHIS, 1997, p.99).

Ademais, o ambiente de desemprego favorece a desigualdade, acumulando indicadores de exclusão social, sobretudo, entre a população jovem. Segundo a Pesquisa Nacional por Amostragem de Domicílios (Pnad), do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), realizada em 2007, os dados se referem a 50,2 milhões de jovens entre 15 e 29 anos, equivalente a 26,4% da população. O desemprego entre a idade dos 15 a 17 anos é de 9,4%; entre a faixa etária dos 18 aos 24 anos é de 35,6% e dos 25 a 29 anos é de 16,3%, totalizando 61,3% dos jovens se encontram em situação de desemprego.

A Pnad de 2007 evidencia ainda que ao comparar a taxa de desemprego do jovem com a do adulto no Brasil, o desemprego juvenil é 2,9 vezes maior que a do adulto, tendo em vista que a taxa de desemprego juvenil era de 14%, enquanto a taxa de desemprego adulto era de 4,8%.

No que concerne a dados de escala mundial, observa-se elevação na taxa de desemprego, sobretudo da população jovem: segundo o relatório da Organização Internacional do Trabalho (OIT) de 2010, a taxa de desemprego mundial elevou-se a 6,6% em 2009, um aumento de 0,9 pontos percentuais em comparação com 2007, atingindo cerca de 212 milhões de pessoas em 2009, um aumento de 34 milhões de trabalhadores desempregados, se comparado com 2007.

O relatório da OIT também assinala que o número de jovens desempregados no mundo aumentou em 10,2 milhões em 2009, representando um incremento de 13,4 pontos percentuais, em comparação com 2007, a maior elevação desde 1991, quando se começou a computar este tipo de estatística em nível global.

Tais dados denotam a vulnerabilidade do jovem quanto ao mercado de trabalho de modo que não se possa contestar que os altos índices de desemprego e desigualdade social estão presentes na sociedade brasileira.

Segundo Catani & Gilioli (2008), os empregos têm sofrido grande retração em virtude das inovações tecnológicas, da progressiva internacionalização do capital e de elementos próprios

ao quadro econômico. No que se refere especificamente aos aspectos econômicos ao Brasil, os autores afirmam que logo após a Segunda Guerra Mundial, os jovens não tinham dificuldades para ingressarem no mercado de trabalho, esse fato garantia a mobilidade social. Pochmann (2000, p.126) descreve:

Entre as décadas de 1950 e 1970, quando houve o maior impulso à industrialização nacional, o país viveu um período de ouro, com taxa média anual de expansão da produção de quase 7%. Com isso, nota-se que nos últimos cem anos o Brasil conseguiu atingir um desempenho econômico acima, da média mundial e bem acima da dos países centrais.

Catani & Gilioli (2008), ressaltam que esse quadro estável se manteve até o início de 1970, quando ocorreu uma crise mundial. Pochmann (2000), relata que partir de 1980 a economia brasileira sofreu profunda inflexão, a expansão média anual era de apenas 2,1%, dados que estavam abaixo da economia mundial, das nações periféricas e do centro do capitalismo mundial. Oliveira (2006) afirma que até os anos 80, o desemprego não fazia parte da agenda nacional, em virtude do crescimento da economia no pós-guerra puxado pela industrialização, refletindo a modernização agrícola e a rigidez da estrutura fundiária.

Catani & Gilioli (2008), afirmam que a crise econômica brasileira se acentuou no fim de 1990, provocando impactos consideráveis no mercado de trabalho. Veja na Figura 3.1 a evolução do desemprego no tocante aos anos de 1980 ao final da década de 90, segundo Pochmann (2000).

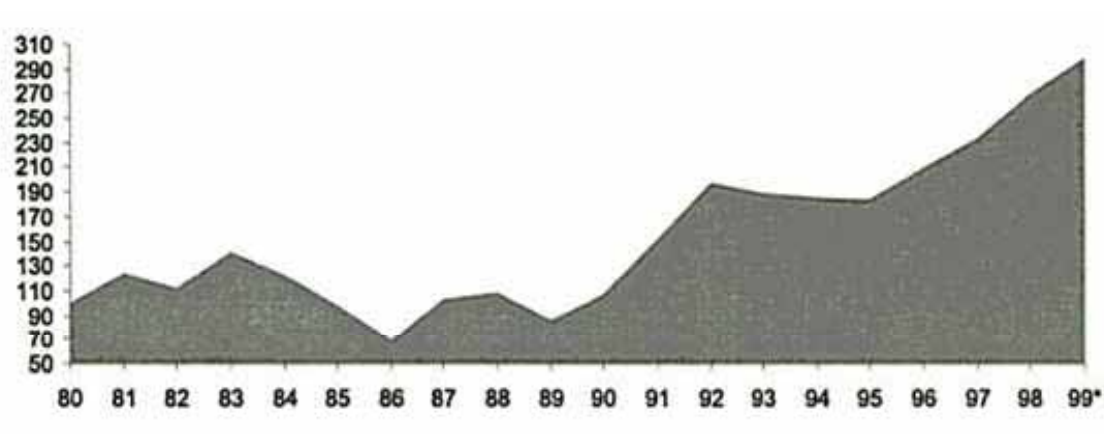


Fig. 3.1: Evolução do índice de desemprego de 1980 a 1999. Fonte e Elaboração: Pochmann (2000, p.129).

No que se refere ao início do século XXI, a OIT (2010, p.31) traçou aspectos da economia do Brasil e a relação desta com o emprego. O relatório evidencia que antes da crise econômica de setembro de 2008, o Brasil apresentou um crescimento econômico robusto: de 2004 a 2007 apresentou crescimento de 4,4% anual e de 6,4% de crescimento acumulado nos três primeiros trimestres de 2008.

No que concerne ao índice de desemprego, houve queda de 9% em 2004, 7,7% em 2008, e o percentual de trabalhadores que contribuem para o sistema de seguridade social ultrapassou os 50% em 2007, atingindo 52,1% em 2008.

Entretanto, com a crise internacional em 2008, interrompeu o crescimento econômico, causando impacto imediato e nítido sobre o emprego, com queda de 634.000 empregos formais, equivalente a 7,3%. Em 2009 o desemprego subiu para 8,6 pontos percentuais, apenas no terceiro trimestre de 2009 que o crescimento econômico foi retomado, entre janeiro e outubro de 2009, 1,2 milhão de empregos formais foram criados, o que representa um ganho de 3,6 por cento sobre o estoque de emprego de 2008. Em outubro de 2009 a taxa de desemprego foi para 7,5%, similar a outubro de 2008, como pode ser observado na Figura 3.2.

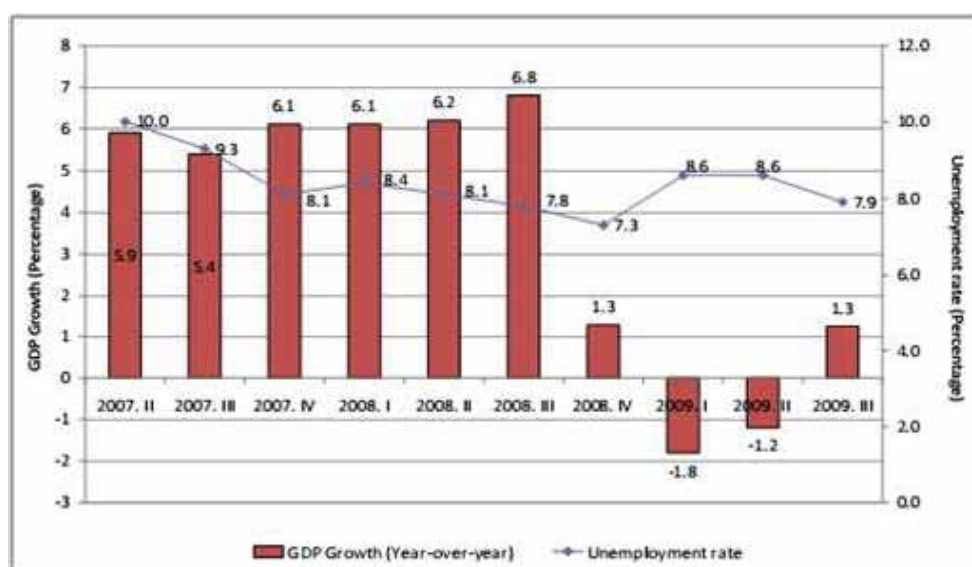


Fig. 3.2: Taxa de crescimento do PIB brasileiro e taxa de desemprego por trimestre (em %) Fonte e Elaboração: OIT (2010).

No que concerne ao nível de escolaridade e a relação desta com o emprego, nota-se que o desemprego está associado à maior escolaridade do que a empregabilidade de mão de obra pouco qualificada. Observe na Tabela 3.1 a evolução quanto ao anos de estudo da população brasileira.

Categorias	1992	1993	1995	1996	1997	1998	1999	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007
10 a 14 Anos	2,9	3,0	3,2	3,3	3,3	3,5	3,6	3,9	4,0	4,1	4,1	4,1	4,2	4,1
15 a 17 Anos	5,0	5,1	5,4	5,6	5,7	5,9	6,2	6,5	6,7	6,9	7,0	7,1	7,2	7,2
18 a 24 Anos	6,2	6,3	6,6	6,7	6,9	7,2	7,4	7,9	8,1	8,4	8,6	8,8	9,0	9,1
25 a 29 Anos	6,5	6,6	6,7	6,8	6,9	7,0	7,2	7,5	7,7	8,0	8,1	8,4	8,7	8,9
30 Anos +	4,6	4,8	5,0	5,1	5,2	5,4	5,4	5,7	5,9	6,0	6,1	6,2	6,4	6,5

Tab. 3.1: Número Médio de Anos de Estudo por Idade - Brasil 1992-2007. Fonte: Pnad - IBGE (2007). Elaboração: Pnad com Adaptações

Observa-se, portanto, que os dados da Pnad de 2007 revelam ampliação do número médio de

anos de estudo da população, segundo ROCHA (2008), qualificar-se é uma tendência inevitável, em virtude do progresso tecnológico cada vez mais crescente, sendo assim, a baixa escolaridade significa uma desvantagem relativa para os jovens no mercado de trabalho. Nota-se ainda que a elevação da escolaridade ocorre, sobretudo entre as categorias dos 18 aos 29 anos, entretanto, e como vimos, é a faixa etária com a mais expressiva taxa de desemprego, quanto a isso Pochmann (2000) nos alerta:

Essa situação possivelmente está revelando a natureza das ocupações que têm sido criadas mais recentemente no país, muito mais vinculadas às formas de produção e reprodução de estratégias de sobrevivência do que a postos de trabalho de qualidade associados ao novo paradigma tecnológico. Por serem mais associadas ao baixo rendimento e a formas precárias de trabalho, os trabalhadores com menor escolaridade tendem a ser justamente principais exploradores dessas oportunidades ocupacionais ou, de maneira mais precisa, categorias disfarçadas de desemprego (POCHMANN, 2000, p.130).

Pochmann (2004) frisa também que à medida que se eleva a escolaridade da população de baixa renda, acompanha, em indicadores mais expressivos, o desemprego. Entretanto, há de se refletir que o desemprego crônico sempre haverá, Marx (1983) chamava esses sujeitos de "exército industrial de reserva", é, contudo, de suma importância a impossibilidade de venda da força de trabalho para assegurar a manutenção e funcionamento do capitalismo, tendo em vista um exército disposto a vender sua força em momentos em que há necessidade de aumento de trabalhadores para produções excepcionais, sazonais ou a exploração de novos mercados.

Diante desse contexto, um amplo debate têm suscitado em torno das exigências que o mercado impõe aos que pretendem engajar-se nele, as relações entre qualificação, conhecimento e as possibilidades de inserção no mercado de trabalho da população, reeditam a discussão sobre as desigualdades sociais que exigiram do campo das políticas públicas alternativas para enfrentar esse quadro de exclusão. Oliveira (2006, p.50), assinala que a "dificuldade de obtenção de empregos, o declínio do nível de rendimentos e a deterioração dos serviços públicos são elementos que reforçam a crônica desigualdade social do país, realimentando o debate sobre a pobreza e a exclusão social", sendo assim, o desemprego tornou prioridade da agenda política, tendo em vista as condições adversas do mercado de trabalho.

Capítulo 4

Políticas Públicas, Educação, Juventude e Trabalho

No capítulo anterior, estudamos que o desemprego entre os jovens brasileiros é significativamente superior ao do restante da população e mesmo com o aumento da escolarização dos jovens não há um aumento correspondente na oferta de empregos. Os dados sugeriram também que o prolongamento dos estudos não implicou adiamento da entrada no mercado de trabalho, entretanto, ampliou a simultaneidade de escola e trabalho.

Nessa perspectiva, os indicadores apresentados sugerem que a inserção dos jovens brasileiros no mundo do trabalho se dá de forma precária e difícil e como consequência, observa-se o aumento da vulnerabilidade desse segmento, surgindo o problema da exclusão social.

Diante da limitada oferta de oportunidades e as especificidades da condição juvenil contemporânea, surgiu uma convicção de que é necessário desenvolver programas para preparar o jovem de modo que se facilite a transição entre escola e trabalho, oferecendo melhores oportunidades de trabalho e simultaneamente prolongando a escolarização, dessa maneira, foi no campo das políticas públicas que ações começaram a se desenvolverem para enfrentar o quadro de exclusão.

Segundo Castro & Abramovay (2001), a intervenção do Brasil na elaboração de políticas públicas direcionadas aos Jovens ocorreu em 1927 com o primeiro Código de Menores do Brasil, também conhecido como Código Mello Matos, orientando as demais políticas até o final da década de 70. A ideologia proposta pelo código se fundamentava, sobretudo, na manutenção da ordem social, mas também, consagrou propostas engendradas pelo Estado, ao assumir um caráter desenvolvimentista de formação de adultos aptos ao mundo do trabalho.

Em 1941 foi criado o Serviço de Assistência ao Menor com a tônica de tutela e substituído em 1964 pela Política Nacional de Bem-Estar do Menor (PNBEM), "segundo a qual o jovem pobre era potencialmente um infrator, que deveria ser reconduzido às malhas do sistema"(CASTRO & ABRAMOVAY, 2001, p.11).

Já as políticas da década de 50 eram voltadas para a profissionalização, de modo que atendessem a lógica desenvolvimentista, expressa até mesmo nos slogans do governo, como "50 anos

em 5":

[...] o jovem deveria ser preparado para tornar-se o adulto produtivo, responsável pelo progresso nacional. Note-se, portanto, a construção social da juventude como geração a ser integrada à sociedade, para esta servir, priorizando-se na interação indivíduo e sociedade, um modelo ideal de sociedade, ou seja, a norma da sociedade produtiva (CASTRO & ABRAMOVAY, 2001, p.12).

Segundo Aquino (2009), o jovem da contemporaneidade se inscreveu como uma questão social a partir de duas abordagens: a primeira associada a problemas de delinquência e de desordem social, e a segunda, a incorporação do jovem como o adulto socialmente ajustado e produtivo, assumindo papéis típicos do mundo adulto.

No que se refere à primeira abordagem, Silva & Andrade (2009) afirmam que a emergência de ações na esfera Federal voltadas para a juventude, deu-se precisamente a partir de 1997, quando se repercutiu nacionalmente o assassinato do índio pataxó, Galdino Jesus dos Santos em Brasília, que foi incendiado enquanto dormia em uma parada de ônibus, por cinco jovens de classe média.

Dessa forma, os programas tinham como foco os jovens excluídos ou que de alguma forma poderia oferecer riscos para a sociedade, nota-se, portanto, "grande proliferação de programas esportivos, culturais e de trabalho, orientados para o controle social do tempo livre dos jovens e destinados particularmente para os moradores dos bairros pobres das grandes cidades"(SILVA & ANDRADE, 2009, p.49).

Prevaleram, portanto, políticas focalizadas em setores que apresentam as características de vulnerabilidade, risco ou transgressão - normalmente, os grupos visados encontravam-se na juventude urbana, pobre e negra. De forma geral, eram iniciativas pontuais de curta duração e voltadas para a inclusão social de jovens via oficinas de capacitação, visando melhorar a inserção no mundo do trabalho (SILVA & ANDRADE, 2009, p.49).

Entretanto, foi no final do século XX que a juventude ganha novo enfoque, o do "ator estratégico do desenvolvimento":

Medidas decorrentes deste novo enfoque, no geral, reatualizam a visão preparatória da juventude, exigindo, por um lado, investimentos massivos na área de educação em prol do acúmulo de "capital humano"pelos jovens; por outro, exigindo também a adoção do corte geracional nos vários campos da atuação pública - saúde, qualificação profissional, uso do tempo livre etc. - e o incentivo à participação política juvenil, com recurso à noção de protagonismo jovem (AQUINO, 2009, p.26).

Aquino (2009) ressalta que o jovem como foco das políticas públicas, concentraram-se nas áreas de educação e emprego e que as ações associadas à condição juvenil não se estruturaram como elementos de uma política de juventude, mas apenas como estratégias de atuação da sociedade, minimizando o envolvimento em questões de riscos, só recentemente que o tema relacionado a postergação da entrada no mundo do trabalho, ganhou vulto no cenário brasileiro.

No limite, essa mobilização política resultou na demanda pela formulação de políticas específicas para a juventude, com espaços para participação e influência direta dos jovens. Do diálogo destes grupos com os poderes públicos, os movimentos sociais, os partidos políticos, as organizações não governamentais (ONGs) e outros atores estratégicos, configurou-se uma agenda que busca ir além das ações tradicionais. Conceitualmente, estas "políticas de juventude" associam os aspectos de proteção social com os de promoção de oportunidades de desenvolvimento: de um lado, visam à garantia de cobertura em relação às várias situações de vulnerabilidade e risco social que se apresentam para os jovens; de outro, buscam oferecer oportunidades de experimentação e inserção social múltiplas, que favoreçam a integração social dos jovens nas várias esferas da vida social (AQUINO, 2009, p.36).

O autor salienta ainda que essas ideias ganharam força em 2004, quando viu-se a necessidade de instaurar uma política nacional voltada para esse público. Brasil (2006) afirma que em 2004 foi criado o grupo interministerial, coordenado pela Secretaria-Geral da Presidência da República e composto por dezenove ministérios com o intuito de se verificar os programas federais para esse segmento bem como diagnosticar a situação juvenil no país. Em fevereiro de 2005 foi criado o Conselho Nacional de Juventude (Conjuve)¹ e a Secretaria Nacional de Juventude (SNJ)² bem como um "programa de emergência" voltado para jovens entre 18 e 24 anos que estavam fora da escola e do mercado de trabalho.

Segundo Silva & Andrade (2009) o desafio era o de pensar políticas que concomitantemente visassem à garantia de proteção social, minimizando problemas associados às situações de vulnerabilidade e risco social, bem como oferecer oportunidades de experimentação e inserção social múltiplas, de modo a potencializar a integração dos jovens nas várias esferas sociais.

Silva & Andrade (2009) afirmam que o Governo Federal executava seis programas emergenciais voltados para a juventude, com o objetivo de ampliar a escolaridade e formação profissional, bem como o auxílio financeiro a jovens excluídos do mercado de trabalho: ProJovem - Secretaria-Geral da Presidência da República/Secretaria Nacional de Juventude; Consórcio Social da Juventude e Juventude Cidadã - ambos do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE); Agente Jovem - Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS); Escola de Fábrica - Ministério da Educação (MEC); e Saberes da Terra - Ministério da Educação e Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA).

Entretanto, tais ações caracterizavam como pontuais, fragmentadas e paralelas, a execução e a gestão não se davam de forma integrada e coordenada, dessa maneira, em 2007 foi proposto

¹O Conjuve é um órgão consultivo e tem o objetivo de assessorar a Secretaria Nacional de Juventude (SNJ) da Secretaria-Geral da Presidência da República na formulação de diretrizes da ação governamental; promover estudos e pesquisas acerca da realidade sócioeconômica juvenil; e assegurar que a Política Nacional de Juventude do Governo Federal seja conduzida por meio do reconhecimento dos direitos e das capacidades dos jovens e da ampliação da participação cidadã (BRASIL, 2006, p.9).

²A Secretaria Nacional de Juventude (SNJ) é responsável por articular os programas e projetos, em âmbito federal, destinados aos jovens na faixa etária entre 15 e 29 anos; fomentar a elaboração de políticas públicas para o segmento juvenil municipal, estadual e federal; interagir com os poderes Judiciário e Legislativo na construção de políticas amplas; e promover espaços para que a juventude participe da construção dessas políticas (BRASIL, 2006, p.8).

uma reformulação da política nacional com o intuito de ampliar as ações já iniciadas e vinculá-las às áreas de educação, cultura, saúde e esportes bem como ampliar a faixa etária de 18 a 24 anos para 29 anos, que não haviam concluído o ensino fundamental, não trabalhavam e viviam em domicílios com renda per capita de até meio salário mínimo (AQUINO, 2009).

Diante desse quadro, os programas e ações citados a pouco, foram integrados e passou a ser chamado de Projovem Integrado, lançado em setembro de 2007. Nesse momento prevalece o enfoque na preparação para o mercado de trabalho de modo a elevar as habilidades produtivas dos jovens. A questão ora apresentada, Gonzalez (2009, p.121) enfatiza:

(...) aprimorar as habilidades dos jovens provavelmente não lhes garantirá um espaço muito maior no mercado de trabalho e, mesmo que o fizesse, seria tão somente à custa do aumento do desemprego entre os trabalhadores adultos, já que isto tenderia simplesmente a aumentar a concorrência entre trabalhadores por um conjunto limitado de oportunidades de emprego. Em um contexto de desemprego em alta, a oferta de formação profissional é essencialmente compensatória, pois na melhor das hipóteses diminuirá a desigualdade interna ao mercado de trabalho, se for dirigida aos jovens de menor "empregabilidade".

Atualmente os principais programas do Governo Federal para a juventude são: Projeto Agente Jovem, Programa Bolsa-Atleta, Programa Brasil Alfabetizado Jovem, Programa Escola Aberta, Programa Escola de Fábrica, Programa de Melhoria e Expansão do Ensino Médio (Promed), Programa Juventude e Meio Ambiente, Programa Nossa Primeira Terra Programa Cultura Viva, Programa de Integração de Educação Profissional ao Ensino Médio na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos (Proeja), Programa Nacional de Estímulo ao Primeiro Emprego (PNPE), Programa Nacional de Inclusão de Jovens (ProJovem), Programa Nacional do Livro Didático para o Ensino Médio (PNLEM), Projeto Rondon, Programa Pronaf Jovem, Programa Universidade para Todos (ProUni), Programa Saberes da Terra, Programa Segundo Tempo e Projeto Soldado Cidadão.

Nota-se, portanto, que as tentativas de expansão do emprego foram assumidas com maior relevância pelas políticas de trabalho. E na tentativa de minimizar os impactos negativos dos jovens frente ao mercado de trabalho, Pochmann (1998) afirma que caberia ao poder público a adoção de medidas direcionadas à concessão de subvenções orçamentárias para programas de aberturas de novas vagas, de modo que contribuísse para a geração e manutenção do emprego juvenil, para tanto, seriam criados programas de empregos com foco na aprendizagem e estágios; ampliação e descentralização dos serviços públicos de emprego; medidas de atenção à educação profissional a partir de cursos preparatórios de aprendizagem de curta duração; expansão de cursos pré e pós-profissionalização e implantação de dispositivos que auxiliavam os jovens a procurar pelo primeiro emprego.

Castro & Abramovay (2001) frisam quem é comum hoje, ao se discutir políticas e juventudes, relacionar a qualificação profissional, associando a incertezas e desconfortos com os efeitos dos programas de ajuste econômico, sendo assim, tende-se à perspectiva de *homus economicus*, entretanto, as autoras afirmam que a discussão deve ultrapassar a lógica do senso comum, pela

qual se consideram políticas públicas como um elenco de programas voltados para a inserção no mercado de trabalho, deve-se, portanto, aprofundar debates sobre perspectivas políticas em relação aos jovens.

As autoras defendem que as políticas orientadas aos jovens devem ser decididas e formatadas com a participação dos jovens, combinando-se participação de grupos na sociedade civil com outros em instituições da sociedade pública estatal, pois mais que elencos de programas, trata-se de "uma construção político-cultural de como viver políticas, ou seja, considerar tal conhecimento um constituinte de cidadania político cultural"(CASTRO & ABRAMOVAY, 2001, p.20), para tanto, sugerem a escola como espaço para discussão:

A escola deveria ser um dos eixos institucionais básicos no debate de políticas públicas relacionadas a jovens, considerando os múltiplos sentidos da educação para a formação de capital social e cultural, contribuição para a autonomia e também por ser um dos espaços de socialização básicos na vida dos jovens (CASTRO & ABRAMOVAY, 2001, p.29).

De fato, não se pode negar que os problemas da transição da escola para emprego estão ligados à falta de qualificação profissional, por esse pressuposto, os jovens se tornaram agentes centrais nas agendas governamentais, em geral, no que tange as prioridades direcionadas a melhora do funcionamento do mercado de trabalho e à remodelação dos sistemas de formação profissional.

Vale ressaltar ainda que as políticas públicas de emprego, tratam de uma imposição para ajuste estrutural, no sentido de que as estratégias de desenvolvimento são ligadas aos imperativos de criar estabilidade para o capital estrangeiro. Esse é o impacto mais visível da globalização sobre a educação. (MORROW & TORRES, 2004).

Nesse contexto, a formulação das políticas educacionais voltadas para as reformas estruturais econômicas tem forte presença de organizações bilaterais e multilaterais como o Banco Mundial e a UNESCO.

[...] o Banco Mundial ou a UNESCO, condicionam e, em alguns casos, determinam a maneira como a reforma educacional é conduzida; prioridades são atribuídas; pesquisas sobre reformas educacionais são projetadas, implementadas e utilizadas; e iniciativas de políticas são selecionadas, avaliadas ou propostas. Certas opções de políticas públicas recebem legitimidade e apoio financeiro tão amplos que se tornam praticamente hegemônicas (MORROW & TORRES, 2004, p.37).

Nota-se, portanto, que políticas públicas em educação voltadas para o trabalho, atualmente em vigor, devem se encaixar na lógica econômica da nova ordem global, de modo a prover uma mercantilização maior da educação, sucumbindo aos imperativos da globalização, criando ligações mais íntimas entre a educação e economia, baseado em ideologias de um modelo de produção flexível de modo a não possibilitar qualquer tentativa cultural e humanista mais amplas da educação.

4.1 A Construção das Políticas do Trabalho

Pochmann (1998, p.73) afirma que o jovem é um dos principais focos das ações públicas, "tanto por meio das experiências de adoção de mecanismos centralizados e unilaterais, quanto mediante formas negociadas e multilaterais de políticas de trabalho", devido ao prolongamento da crise econômica e falta de eficácia das políticas governamentais dos anos 70 que causou efeitos negativos sobre a oferta de mão de obra do segmento juvenil.

O autor ressalta que a construção das políticas tende a abordar concepções teóricas que analisam o funcionamento do mercado de trabalho bem como o desenvolvimento econômico nacional, para tanto, há três eixos fundantes das políticas do trabalho voltadas para os jovens nas economias do mercado:

O primeiro eixo, trata da conceituação e medição estatística do emprego e desemprego e inatividade. Em seguida, aborda aspectos da dinâmica demográfica, destacando os graus de liberdade na decisão individual pelo trabalho, não trabalho e inatividade, ou seja, a população ativa e inativa. Finalmente, apresenta-se elementos condicionantes das políticas do trabalho: micro e macroeconômico (POCHMANN, 1998).

O autor afirma que no plano microeconômico, as políticas se concentram no funcionamento do mercado de trabalho, restringindo-se a atuação pública sobre a oferta e demanda de trabalho:

[...] cabe às políticas do trabalho o papel de agir no lado da demanda de mão de obra, por meio da redução de custo do trabalho e da flexibilização das regras de contratação. Em relação a oferta de mão de obra, destacam-se as medidas de qualificação e formação profissional à mobilidade funcional e geográfica dos trabalho (POCHMANN, 1998, p.76).

Pochmann (1998) nos alerta que o plano microeconômico está associado à corrente de pensamento econômico ortodoxa, do qual possui três dimensões sobre o emprego:

1. A escassez de emprego é decorrente de um desajuste entre o custo do trabalho e produtividade de mão de obra;
2. Há desequilíbrio de mercado de trabalho quando há situações de rigidez nos salários;
3. Inadequação entre as exigências de demanda de mão de obra e a qualidade de mão de obra.

No que concerne ao plano macroeconômico, o emprego está subordinado à demanda agregada, em outras palavras ao comportamento do nível de gastos na economia, determinado pelo investimento e o gasto público. Nesse plano há também uma combinação entre as políticas tradicionais (fiscal, monetária, comercial, tecnológica) e sociais (educação, saúde, trabalho, habitação), de modo a tornar mais eficaz a geração do emprego, intitulada políticas ativas e também adequar o tratamento social do desempregado, conceituado como políticas compensatórias (POCHMANN, 1998).

O autor frisa ainda que o plano macroeconômico está associado à corrente de pensamento econômico heterodoxa, do qual o volume de emprego pode oscilar entre maior ou menor abertura de vagas, ou seja, quando há queda na demanda agregada há também uma diminuição no nível de ocupação.

No que se refere especificamente ao processo de inserção no trabalho, Pochmann (1998) propõe três hipóteses:

A primeira está relacionada a teoria do capital humano, da qual "defende os investimentos em formação e qualificação de mão de obra como forma de encontrar emprego regular, com maior renda e melhor posição ocupacional"(POCHMANN 1998 p.80).

A segunda hipótese está associada a teoria da reprodução, "cujo pressuposto básico assenta-se no fato de o sistema educacional refletir, mesmo nas sociedades menos heterogêneas, desigualdades oriundas da origem social"(POCHMANN 1998 p.80).

E a terceira hipótese se refere a teoria do filtro, "que destaca o papel da formação profissional na confirmação da hierarquia e da capacitação individual do trabalhador, o que reduz riscos e custos do empregador"(POCHMANN 1998 p.80).

Nesse mesmo contexto, Martínez-Rodríguez (2009) expõe seis teorias explicativas sobre a inserção no mercado de trabalho, assim como, as suas principais conclusões de um estudo sobre "fatores e valores pessoais para a empregabilidade", em outras palavras, o autor faz uma revisão em torno de todos os esforços explicativos que se tem produzido no processo de inserção no trabalho.

Observou-se a existência de seis teorias que explicam a inserção no mercado de trabalho, são elas: Modelo Neoclássico, Teoria do Capital Humano, Teoria da Competência, Teorias do Filtro e Sinalização, Teorias de origem Marxista e teorias de base individual (MARTÍNEZ-RODRÍGUEZ, 2009).

No que se refere ao modelo neoclássico, o fator humano só é reconhecido pelo fato da existência dos custos fixos do emprego de uma seleção, recrutamento e treinamento para desenvolver o trabalho especificado, além disso, tal teoria considera que os recursos humanos dependem da interação entre oferta e demanda de onde se obtêm níveis de emprego e salários equilibrados (MARTÍNEZ-RODRÍGUEZ, 2009).

Assim como Pochmann, Martínez-Rodríguez (2009), expõe a Teoria do Capital Humano, da qual analisa o papel que a educação, a aquisição de habilidades e o conhecimento desempenham nos processos de desenvolvimento econômico, considera a educação como um investimento que os indivíduos realizam de forma racional, porque esperam receber recompensas no futuro (MARTÍNEZ-RODRÍGUEZ, 2009).

Na Teoria da Competência, tem-se uma busca por postos de trabalho e não por salários, isso implica que a produtividade e os salários dependem do posto que se ocupa, dessa forma, compreende-se que ter acesso aos melhores empregos, deve-se a experiência no trabalho e também sua formação (MARTÍNEZ-RODRÍGUEZ, 2009).

As Teorias do Filtro e Sinalização, também apresentada por Pochmann, considera que o

sistema educativo classifica todos os indivíduos (filtra) e fornece informações (sinaliza) para o mercado de trabalho, para que dessa forma, os empregadores possam realizar a melhor seleção, apesar de considerarem que a formação não significa necessariamente maior produtividade, ainda o sistema educacional permite selecionar os melhores, sobretudo os que possuem títulos, nesses casos, geralmente os empresários os contratam e os pagam melhores salários pela legitimidade que o título lhes conferem (MARTÍNEZ-RODRÍGUEZ, 2009).

As teorias de origem Marxista partem da ideia de que o sistema educativo contribui com a reprodução das condições sociais do modelo produtivo. Existe uma relação entre o que se aprende na escola e as relações de produção baseadas na obediência, submissão e outra série de valores (MARTÍNEZ-RODRÍGUEZ, 2009).

Finalmente, as Teorias de Base Individual, também chamadas de Teorias Cognitivas consideram o sujeito como agente de sua própria inserção no mercado de trabalho, o papel dos indivíduos na formação da sua carreira é fundamental. Vigotsky enfatiza o papel da consciência quando se analisa o comportamento das pessoas e acredita que o comportamento humano é o resultado de estímulos ambientais que recebe. Piaget dá importância à interação sujeito-meio como forma de explicar suas condutas. Este enfoque evolutivo considera que os indivíduos têm que passar por uma série de etapas, onde adquirem qualificações necessárias que os levarão a inserção plena no mercado de trabalho (MARTÍNEZ-RODRÍGUEZ, 2009).

A partir desse estudo, Martinez-Rodriguez (2009) conclui que a inserção no mercado de trabalho está condicionada a muitos fatores de tipo educativo-formativo, psicológico, social, contextual, estrutural e outros e que as atividades educativas destinadas a melhorar a empregabilidade dos sujeitos deve considerar esse conjunto de variáveis.

O autor conclui também que os empresários dão valor as qualidades pessoais que tornam o trabalhador, concedem maior importância aos valores morais, sociais e individuais que os intelectuais, sobretudo aquele trabalhador confiável e flexível que tem a capacidade de se adaptar à cultura da empresa. A concessão de maior relevância a esses valores promovem valores básicos para o desenvolvimento da democracia, tais como, responsabilidade, honradez, tolerância, convivência, colaboração e participação.

Diante desse cenário, pode-se inquirir que aspectos pessoais são mais valorizados no processo de inserção no mercado de trabalho do que a formação acadêmica e os conhecimentos teóricos, assim, a educação deve potencializar e desenvolver fatores localizados no pessoal, sem perder de vista os elementos estruturais e contextuais.

Capítulo 5

A Experiência do Projovem em Santa Bárbara d' Oeste

5.1 O Projovem Trabalhador

O Programa Nacional de Inclusão de Jovens - ProJovem foi instituído no governo Lula pela Medida Provisória nº 238, de 1º de fevereiro de 2005, convertida na Lei nº 11.129/2005, regulamentado pelo Decreto nº 5.557, de 5 de outubro de 2005 e desde 2008 é regido pela Lei nº 11.692, de 10 de junho de 2008 e regulamentado pelo Decreto nº 6.629, de 04 de novembro de 2008.

De 2005 a junho de 2008 essa ação da Política Nacional de Juventude recebeu o nome de Programa Nacional de Inclusão de Jovens: Educação, Qualificação e Ação Comunitária - Projovem caracterizado como um programa de medida emergencial e experimental, atendia jovens de 18 a 24 anos de idade que não haviam finalizado as 4ª e 8ª séries do ensino fundamental bem como não possuíam vínculos formais de trabalho. O objetivo principal era o de articular a formação geral para a cidadania e para o mercado de trabalho, de acordo com o Decreto nº 5.557 de 05 de outubro de 2005, Art. 3º da Seção I do Capítulo 3:

O Projovem trabalha na perspectiva de contribuir especificamente para a reinserção do jovem na escola; a identificação de oportunidades de trabalho e formação inicial dos jovens para o mundo do trabalho; a oferta de oportunidades de desenvolvimento de vivências desses jovens em ações comunitárias; e o acesso dos participantes do programa à inclusão digital como instrumento de inserção produtiva e de comunicação.

Segundo o Parecer CNE/CEB nº2/2005, aprovado em 16 de março de 2005, os cursos tinham duração de doze meses ininterruptos perfazendo um total de 1600 horas, sendo 1200 horas presenciais e 400 horas não presenciais. As atividades presenciais abarcavam 800 horas de formação escolar, 350 horas para qualificação profissional e 50 horas desenvolvimento de ação comunitária.

Atualmente, de acordo com o Termo de Referência - Projovem Trabalhador - Juventude Cidadã - Anexo I da Portaria MTE nº 991 de 2008, o programa tem o objetivo de potencializar o acesso do jovem excluído da escola bem como qualificá-lo profissionalmente possibilitando a entrada no mercado de trabalho, além de acesso a ações de cidadania, esporte, cultura e lazer.

O Projovem unificou quatro programas voltados para juventude que já existiam: Agente Jovem, Saberes da Terra, Programa Nacional de Estímulo ao Primeiro Emprego (Consórcio Social da Juventude e Juventude Cidadã) e Escola de Fábrica "nos termos da Medida Provisória nº 411, de 28 de dezembro de 2007, convertida na Lei nº 11.692, de 10 de junho de 2008, cuja regulamentação consta do Decreto nº 6.629, de 4 de novembro de 2008", e passou a possuir quatro modalidades: Projovem Urbano; Projovem Campo - Saberes da Terra; Projovem Trabalhador e Projovem Adolescente. No que se refere a modalidade Projovem Trabalhador é composta pelas seguintes submodalidades: Juventude Cidadã, Consórcio Social da Juventude, Empreendedorismo e Escola de Fábrica. (Portaria MTE nº 991, de 2008).

Esta ação governamental é destinada a jovens de 18 a 29 anos que estejam em situação de desemprego e sejam membros de famílias com renda mensal per capita de até um salário mínimo, que estejam cursando ou tenham concluído o ensino fundamental ou que estejam cursando ou tenham concluído o ensino médio, e não estejam cursando ou tenham concluído o ensino superior.

Segundo a Portaria MTE nº 991, de 2008, os objetivos geral e específico do Projovem, respectivamente são:

Promover a criação de oportunidades de trabalho, emprego e renda para os jovens em situação de maior vulnerabilidade frente ao mundo do trabalho, por meio da qualificação sócio-profissional com vistas à inserção na atividade produtiva.

I - promover ações que contribuam para o reconhecimento e valorização dos direitos humanos da cidadania e com a redução das desigualdades;

II- item preparar e inserir os jovens no mundo do trabalho, em ocupações com vínculo empregatício ou em outras atividades produtivas legais geradoras de renda.

Em outras palavras o Projovem tem com o objetivo de aumentar as possibilidades de inserção ocupacional dos jovens de modo a engajá-lo no mercado de trabalho, para tanto, os cursos oferecidos abarcam as esferas da produção e da circulação, ou seja, indústria, comércio e prestação de serviço.

No que se refere ao currículo, o Projovem é composto pelas qualificações social e profissional. A qualificação social contempla cem horas/aula dividido em sete semanas e os conteúdos programáticos abarcam valores humanos, ética e cidadania; Inclusão digital; Educação ambiental, higiene pessoal, promoção da qualidade de vida; Noções de direitos trabalhistas, formação de cooperativas, prevenção de acidentes de trabalho e estímulo e apoio à elevação da escolaridade.

No que concerne a Qualificação Profissional, serão direcionados duzentos e cinquenta horas/aula em dezessete semanas, dos quais deverão estar em consonância com a demanda de empregabilidade. (Portaria MTE nº 991, de 2008).

Em suma, a proposta curricular aborda noções básicas de comunicação em língua portuguesa, de matemática, de informática, de cidadania e de língua estrangeira em conformidade com as especificidades de cada modalidade, somando trezentos e cinquenta horas/aula em vinte e quatro semanas, sendo quinze horas/aula por semana.

Para garantir o sucesso do programa, é obrigatório que pelo menos 30% dos beneficiários sejam inseridos no mercado de trabalho por meio de documentos comprobatórios, o não cumprimento da meta mínima implica em restituição de 50% do valor gasto na qualificação social e profissional por jovem não inserido no mundo do trabalho. O jovem beneficiário deve receber auxílio financeiro no valor de R\$ 600,00 (seiscentos reais), distribuídos em 6 (seis) parcelas de R\$ 100,00 (cem reais), comprovadas por meio da frequência de, no mínimo, 75% nas atividades do mês. (Portaria MTE nº 991, de 2008).

5.2 Projovem Trabalhador em Santa Bárbara d'Oeste/SP

Nesta seção será apresentada a cidade de Santa Bárbara d'Oeste no que concerne ao histórico, estáticas e números. Vale ressaltar que antes mesmo de se iniciar o estudo do Projovem Trabalhador, evidenciando especificidades local, é necessário conhecer, primeiramente, as condições econômicas da cidade, para tanto, optou-se por traçar um breve histórico da cidade, perpassando pelos fatos históricos até aspectos atuais, enfatizando, sobretudo, indicadores de economia.

Na sequência, será apresentado, dados que caracterizam o município de Santa Bárbara d'Oeste, como por exemplo, número de habitantes, índices de qualidade de vida e finalmente, indicadores de mercado de trabalho, sobretudo da população jovem. Finalmente, será detalhado o programa Projovem Trabalhador no município de Santa Bárbara d'Oeste.

5.2.1 Fatos Históricos e Aspectos Atuais

Santa Bárbara d'Oeste, localizada no interior de São Paulo, fundada por Dona Margarida da Graça Martins no início do século XIX. Segundo o livro Edição histórica de Santa Bárbara d'Oeste, escrito em meados de 1976, afirma que Dona Margarida, filha do Sargento-mor Domingos José da Graça e esposa do Sargento-mor Francisco de Paula Martins, comprou uma sesmaria de duas léguas quadradas e lá fundou uma fazenda de engenho de açúcar e em seguida doou terras à Cúria Paulistana para que nelas fosse construída uma capela e, então, fundasse um povo com evocação a Santa Bárbara, Santa de sua devoção particular. A capela foi fundada em 16 de abril de 1839.

Em 18 de fevereiro de 1842 o Governo provincial resolveu elevar a Capela Curada à categoria de Freguesia, acentuando o desenvolvimento local com mais engenhos açucareiros, lavouras

de cereais e fumo, pastagens de gados, tropas de cargueiros e comércio. Em 15 de junho de 1869 pela lei n.º2, o Presidente em exercício da província de São Paulo, Sr. Vicente Pires Mota criou a Vila de Santa Bárbara dos Toledos. Foi apenas em 19 de dezembro de 1906 que Santa Bárbara recebeu os foros de cidade pela Lei Estadual n.º 14.334 de 30 de novembro de 1944 e passou a se chamar Santa Bárbara d'Oeste (SANTA BÁRBARA D' OESTE,1976).

Santa Bárbara d'Oeste ficou conhecida por "Pérola Agrícola", devido o notável desenvolvimento industrial na cultura à cana de açúcar ter sido o principal produto das terras barbarenses, vale ressaltar que a partir de 1867, a cidade recebeu sobreviventes da Guerra de Secessão que, em introduziu novos métodos agrários nas fazenda que muito contribuíram para o progresso da agricultura (SANTA BÁRBARA D' OESTE,1976).

O Município expandiu-se economicamente, com a intensificação das atividades agropecuárias e a instalação de usinas de açúcar, mais tarde importantes indústrias fabris estabeleceram-se, criando outras condições de vida e progresso, dessa forma, a cidade deixa para trás a vocação essencialmente agrícola e então, modernos parques industriais - algumas das quais estão entre as maiores do Estado em suas respectivas áreas de atuação - vão se formando em seus novos distritos, concomitantemente, um comércio cada vez mais representativo vai ocupando espaço e contribuindo para a transformação social e econômica da cidade (SANTA BÁRBARA D' OESTE,1976).

Atualmente, quatorze agências bancárias e postos de serviços estão espalhadas pela cidade para dar a sustentação necessária ao funcionamento da economia. Segundo o informativo da Prefeitura Municipal de 13 de junho de 2011, a Secretaria de Fazenda divulgou que 350 novas empresas foram abertas de janeiro a abril de 2011, sendo 22 indústrias, 127 do setor comercial/comércios, 106 de prestação de serviços e 95 profissionais liberais, autônomos e outros. É importante citar a implantação ocorrida recentemente de grandes empresas como Denso do Brasil (multinacional que atua no ramo de autopeças, componentes e sistemas), Tenda (rede de hipermercado atacadista) e Dicico (empresa do ramo de materiais para construção).

Vale ressaltar, que de acordo com dados da Prefeitura, está previsto para este ano ainda a inauguração de outro shopping Center que irá gerar 700 postos de trabalhos, bem como uma rede de hotel será implantada no local e a implantação de um condomínio empresarial que visa reunir 30 empresas de ponta, voltado a alta tecnologia, tais empresas ocuparam 1.100.000 metros quadrados, no quilômetro 125 da pista norte da Rodovia dos Bandeirantes.

Nota-se, portanto, que dada à localização geográfica do município, a cidade está na rota do desenvolvimento de modo a favorecer o aquecimento da economia local. Outro dado importante que se faz necessário citar é que de acordo com o PNUD, o índice de desenvolvimento humano (IDH) da cidade no ano de 2000 teve índice de 0,819. O PNUD explica que o IDH, parte do pressuposto de que para aferir o avanço de uma população deve se considerar características sociais, culturais e políticas que influenciam a qualidade da vida humana e não dimensão econômica.

5.2.2 Estatísticas e Números

De acordo com os números divulgados pelo IBGE, em 2007 a população do município era de 184.318 habitantes. No último censo realizado em 2010, atesta que esse número baixou para 180.009, indicando uma diminuição de 2,34% em relação ao censo anterior. Segundo a Fundação SEADE, a taxa geométrica de crescimento anual da população 2000/2010 é de 0,58%. Nos anos anteriores, observou-se um crescimento gradual da população, como pode ser observado na Figura 5.1

Os dados de 2010 do IBGE indicam uma prevalência mínima da população feminina em relação à masculina. São 90.787 mulheres (50,43%) para 89.222 homens (49,57%). Se considerada a proporção das mulheres em relação aos homens à população total, os percentuais representam 0,86% a mais em relação aos homens.

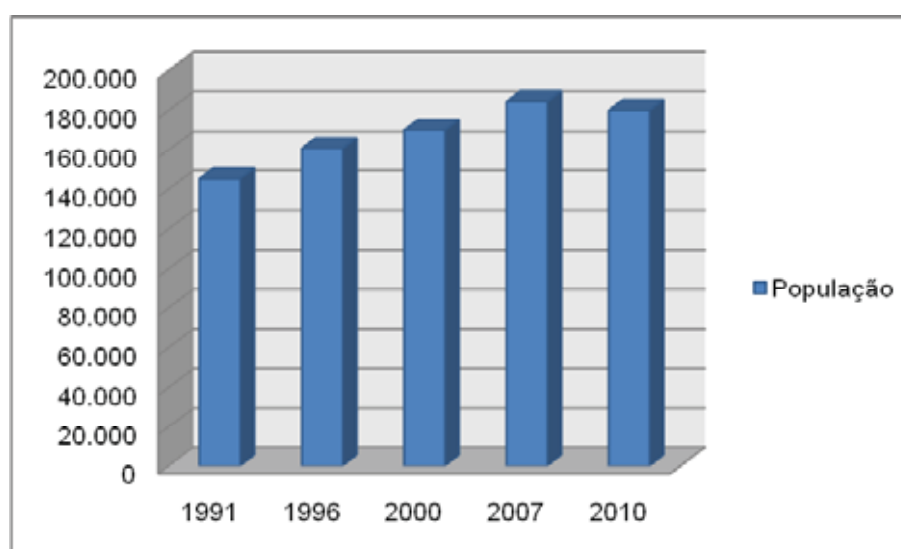


Fig. 5.1: Evolução populacional do município. Fonte: IBGE.

Uma característica marcante do município é a predominância dos jovens: Na faixa dos 10 a 29 anos é o que registra maior contingente, 61.696, o equivalente a 34,27% da população estimada pelo IBGE em 2010. Na sequência aparece o grupo com 30 a 49 anos que soma 55.800, ou 31%. Entre os mais velhos, a faixa do 50 a 69 anos somam 32.176 (17,83%) e 70 anos ou acima, 8.463 ou 4,70%. A estimativa para a população infantil representa 12,2% da população ou 21.874 habitantes.

A predominância dos jovens pode ser constatada também em 2001, quando a faixa etária entre os 10 a 29 anos representavam 63.794 habitantes ou 37,50% da população total.

Em atenção a Figura 5.2, nota-se que apesar da faixa dos 10 a 29 anos ter ocorrido queda de 3,28%, ainda é a classe com maior predominância. Vale ressaltar que ao comparar os anos de 2001 e 2010, a população infantil registra queda ao passo que os habitantes entre a faixa etária dos 50 anos e acima, aumentou. Em termos absolutos, temos: - 6.243 crianças ou 22,20% de queda e +14.906 adultos e idosos ou 36,68%. Segundo a Fundação SEADE, o índice de

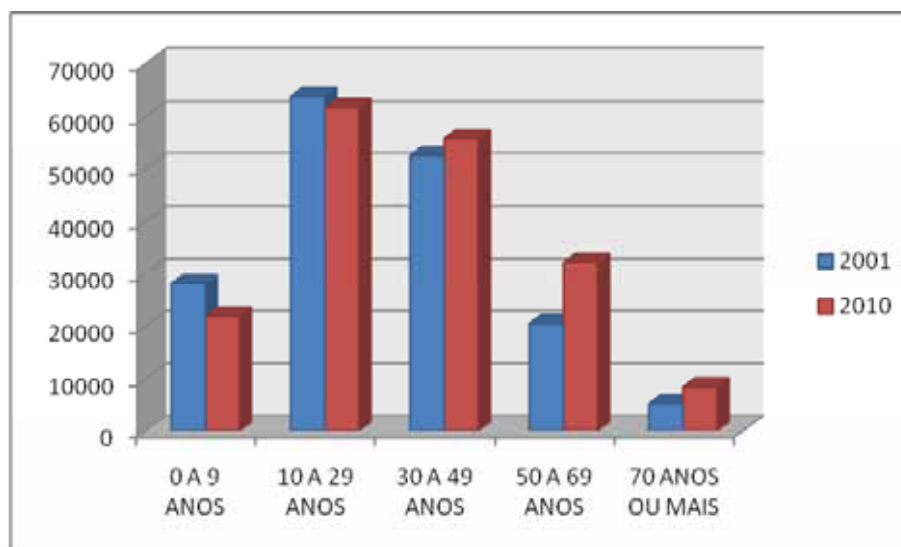


Fig. 5.2: Comparação populacional por faixa etária nos anos de 2001 e 2010 do município. Fonte: IBGE.

envelhecimento do município em 2011 é de 57,27%.

Tais dados apontam uma estrutura etária mais envelhecida em equilíbrio com os dados concernentes ao Brasil. Segundo o IBGE a participação da população com 65 anos ou mais era 4,8% em 1991, passou para 5,9% em 2000 e atingiu 7,4% em 2010, evidenciando o alargamento constante do topo da pirâmide etária brasileira.

Segundo Carvalho & Garcia (2003) o envelhecimento da população brasileira é reflexo do baixo crescimento populacional aliado as menores taxas de natalidade e fecundidade. Os autores ressaltam que essa mudança oferece, para o País "oportunidades para o enfrentamento de alguns problemas básicos, principalmente relacionados às crianças e jovens, porém coloca novos desafios, gerados, mormente, pelo envelhecimento de sua população"(CARVALHO & GARCIA 2003, p.731).

No que se refere aos indicadores de qualidade de vida, segundo a Fundação SEADE, de 645 cidades do Estado de São Paulo, o município ocupada as seguintes posições no ranking em termos de riqueza municipal, longevidade e escolaridade nos anos de 2006 e 2008, como visto na Tabela 5.1.

Riquezas		Longevidade		Escolaridade	
2006	2008	2006	2008	2006	2008
45 ^a	49 ^a	173 ^a	175 ^a	526 ^a	523

Tab. 5.1: Ranking do Município de Santa Bárbara d'Oeste em Termos de Qualidade de Vida. Fonte: Fundação SEADE.

Nota-se, portanto, que em termos de escolaridade o município ocupa uma posição bem baixa, vale ressaltar, que os dados da SEADE para o ano 2000 no que se refere à média de anos de estudos da população de 15 a 24 anos no ano 2000 é de 6,98, sendo que a média do Estado

de São Paulo é de 7,64. Já a população de 25 anos e mais, com menos de 8 anos de estudo é de 64,02% para 55,55% do Estado de São Paulo. E a população de 18 a 24 anos com ensino médio completo é de 38,54% para 41,88% do Estado de São Paulo. Sendo assim, podemos intuir que o município em termos qualitativos apresenta baixos índices de ensino, entretanto, quantitativamente os dados não são díspares, se comparados ao Estado de São Paulo.

No que concerne essencialmente aos indicadores de mercado de trabalho, os dados mais atuais se referem ao ano de 2000, dessa forma, vale ressaltar primeiramente, que a população do município nesse ano, segundo IBGE era de 170.078 habitantes, sendo 84.943 homens e 85.135 mulheres. Desse número 51.183 homens e 32.599 mulheres representavam a população economicamente ativa, como pode ser visto na Figura 5.3, somando ambos, totalizam 83.782, ou seja, 49,26% da população exerciam algum tipo de atividade remunerada.

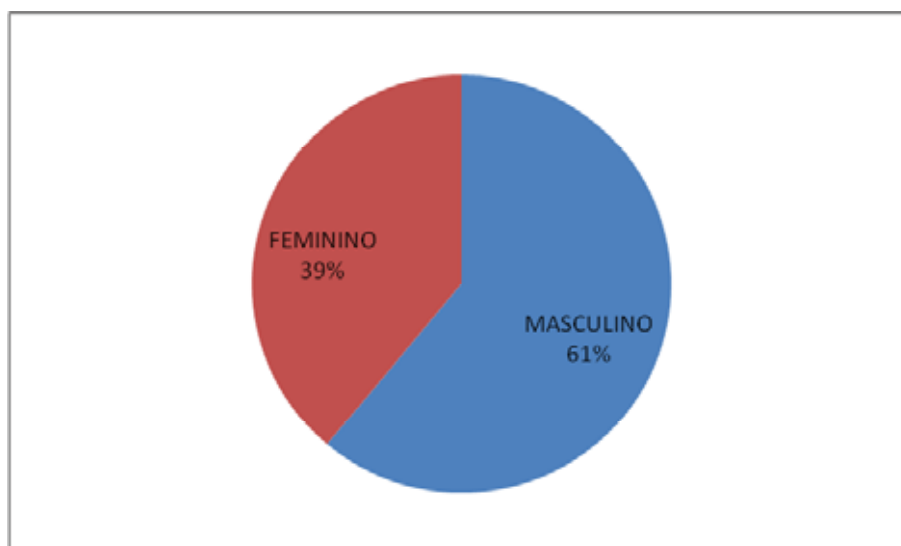


Fig. 5.3: População economicamente ativa em 2000 do município. Fonte: CAGED/MTE.

No que se refere a trabalhadores formais e informais por raça em 2000, temos a seguintes raças, de acordo com o IBGE: Branca, Preta, Amarela, Parda e Indígena, em termos de valores absolutos temos como se mostram respectivamente nas Figuras 5.4 e 5.5.

Observa-se, portanto, que no ano 2000 o número de trabalhadores formais somavam 40.387, segundo dados do CAGED em 1º de janeiro de 2011 os números indicam elevação de 8,33% ou 43.750 empregos formais.

No que se refere a rendimentos (em reais), como se observa na Figura 5.6, os dados de 2010 da Fundação SEADE, a área que possui maior rendimento para Santa Bárbara d'Oeste é o da Indústria com R\$ 1.719,64 contra R\$ 2.226,86 do Estado de São Paulo. Na sequência aparece o segmento de Serviços com R\$ 1.514,66 para o município e R\$2.028,66 para o Estado de São Paulo.

Em seguida a área com maior saldo é o da Agropecuária com R\$ 1.481,80 para a cidade, já para o estado de São Paulo, esse setor aparece como o último segmento com salário de R\$ 1.064,13.

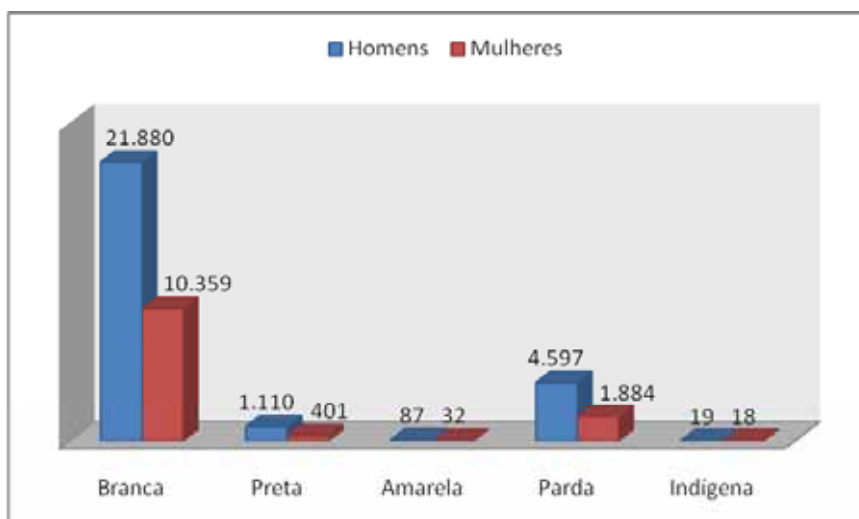


Fig. 5.4: Trabalhadores Formais por raça e gênero em 2000 do município Fonte: CAGED/MTE

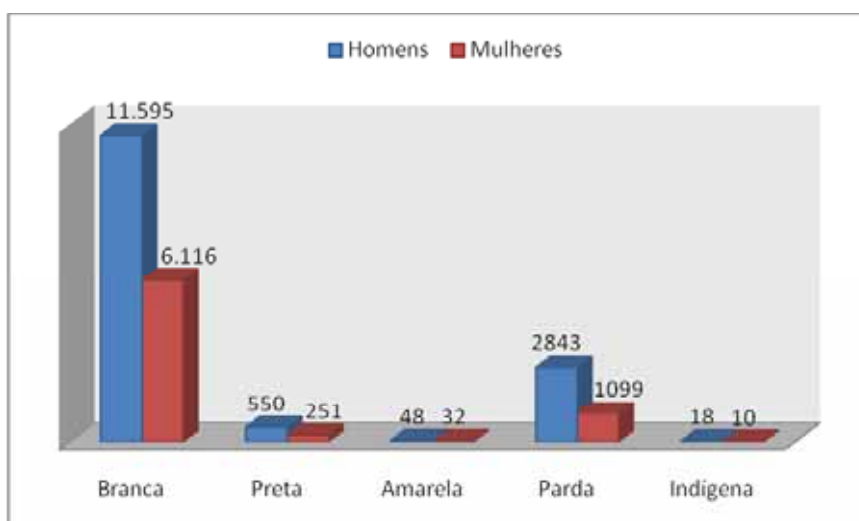


Fig. 5.5: Trabalhadores Informais por raça e gênero em 2000 do município. Fonte: CAGED/MTE

Para o Estado de São Paulo a próxima área com maior rendimento é o da Construção Civil com salários de R\$1.501,97, já para Santa Bárbara d' Oeste, esse segmento aparece como o último grupo com salário de R\$1.087,16. Na sequência, o segmento de Comércio, os salários que rendem R\$ 1.251,25 para o município e R\$ 1.415,16 para o Estado de São Paulo.

No que se refere a indicadores de mercado de trabalho para a população jovem, vale ressaltar que da população jovem com idade de 16 a 24 anos economicamente ativa em 2000, segundo o CAGED, representam 10.326 homens e 6.926 mulheres, o equivalente a 20,17% e 19,46% respectivamente em relação à população total economicamente ativa, como mostra a Figura 5.7.

Vale citar que no que se refere às atividades empregatícias desenvolvidas no município, segundo o CAGED, concentram nas áreas Extrativa mineral, Indústria de Transformação, Serviços de Utilidade Pública, Construção Civil, Comércio, Serviços Administração Pública e Agropecuária.

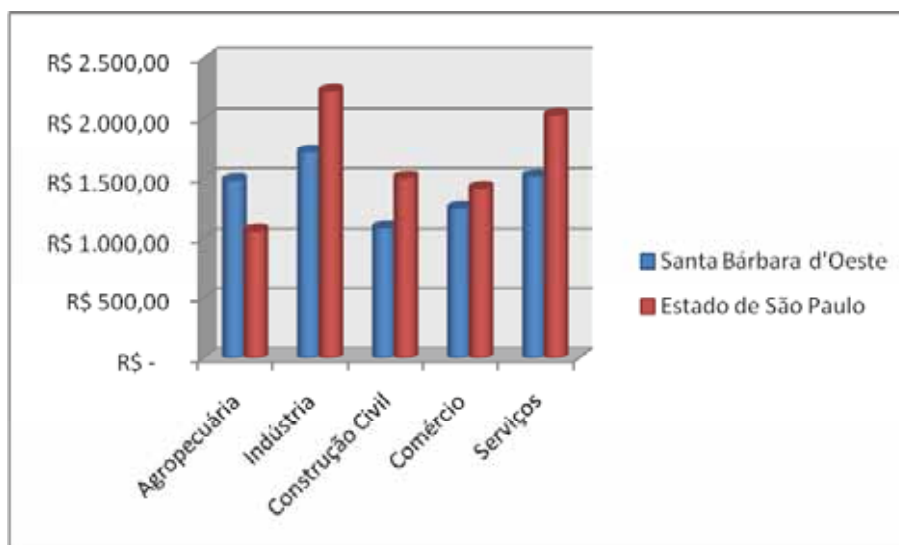


Fig. 5.6: Comparação de Rendimentos (em reais) de Santa Bárbara d'Oeste e o Estado de São Paulo em 2010. Fonte: Fundação SEADE.

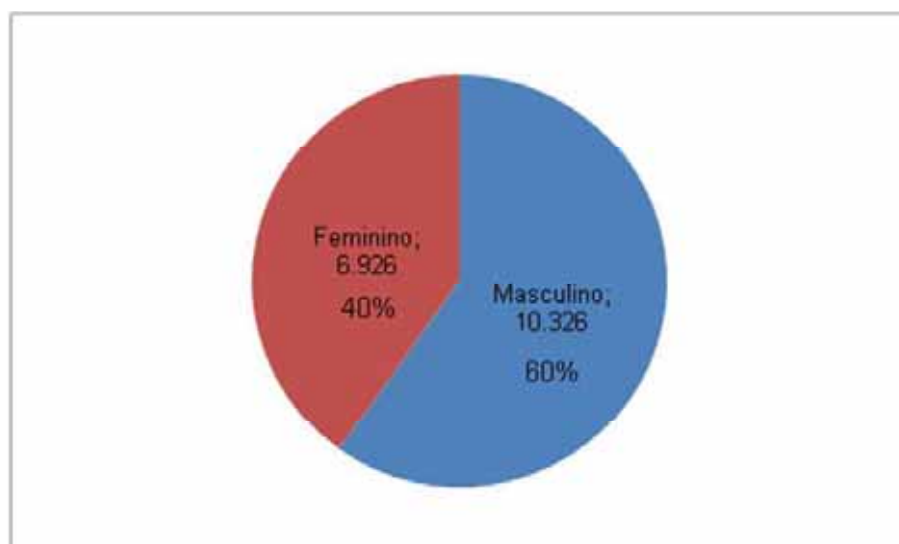


Fig. 5.7: Jovens de 16 a 24 anos Economicamente Ativos em 2000 do Município. Fonte: CAGED/MTE.

A soma de todos esses segmentos por gêneros temos 24.601 homens sendo 5.846 são jovens e 18.423 mulheres sendo 4.497 jovens, totalizando 43.024 trabalhadores sendo 10.343 jovens com idade entre 16 a 24 anos, como pode ser observado na Figura 5.8.

Os rendimentos médios das atividades citadas por gênero são mostrados na Figura 5.9.

No que se refere à remuneração média de empregos formais para jovens de 16 a 24 anos, os dados do CAGED apontam que de 2009 a 2010 os salários para ambos os gêneros elevaram-se, entretanto, os rendimentos das mulheres ainda não são equiparados - como pode ser observado na Figura 5.10. Enquanto em 2009 a remuneração média dos homens era de R\$1.050,61 a das mulheres eram de R\$833,01. Em 2010 a remuneração dos homens foi de R\$1.158,09 enquanto o das mulheres foi R\$ 945,91.

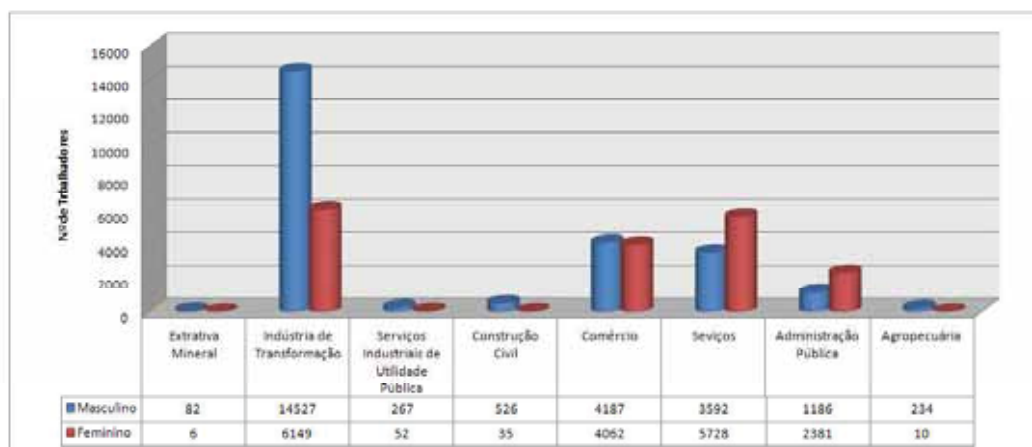


Fig. 5.8: Total de Atividades por Gênero em 2010. Fonte: CAGED/MTE.

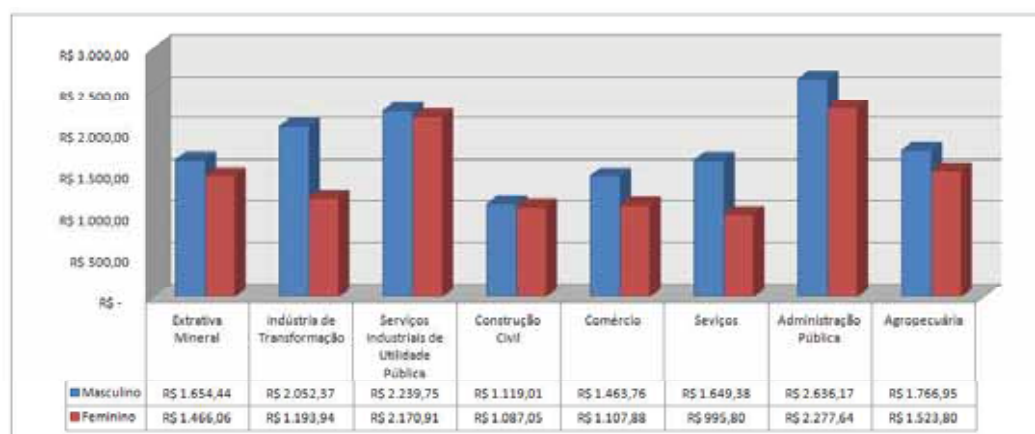


Fig. 5.9: Remuneração Média de Atividades por Gênero em 2010. Fonte: CAGED/MTE.

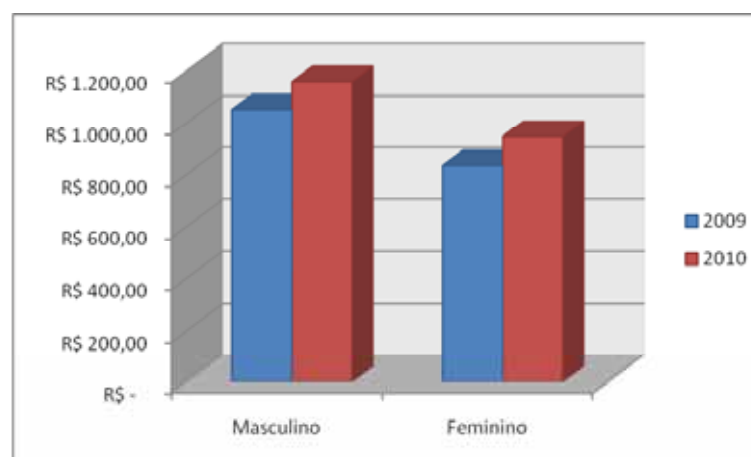


Fig. 5.10: Remuneração média de empregos formais com idade de 16 a 24 anos do município. Fonte: CAGED/MTE

Segundo o relatório divulgado pelo Ministério do Trabalho e Emprego que apresentou os resultados concernentes ao mês de junho e do primeiro semestre de 2011, referente ao nível de emprego formal celetista, demonstram que a remuneração masculina ainda é maior que a da

feminina em todo o País, como mostra a Figura 5.11.

No período de 2003 a 2011, os dados mostram uma tendência de crescimento nos salários médios de ADMISSÃO, em nível nacional, ao terem passado de R\$ 676,89 em 2003 para R\$ 900,70 em 2011, representando um aumento real de 33,07%. Esse resultado decorreu do aumento de 36,51% para os homens e 27,87% para as mulheres (BRASIL, 2011, p.24).

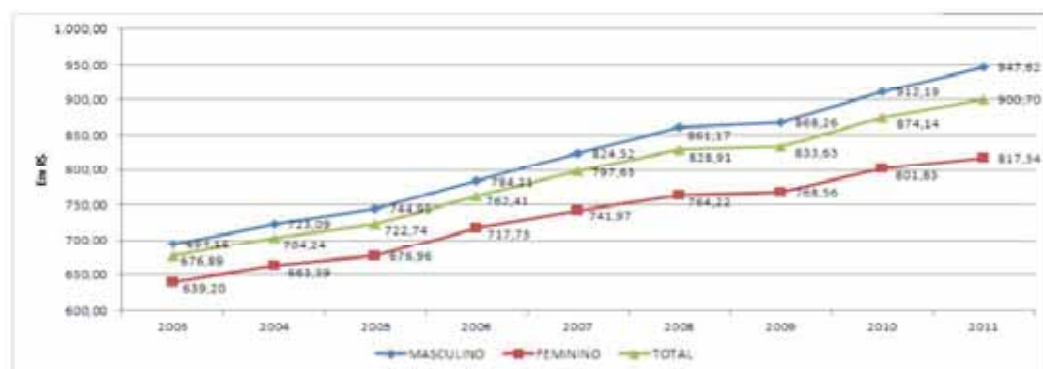


Fig. 5.11: Evolução do Salário Médio Real de Admissão por Gênero - Primeiros Semestres de 2003 a 2011 do Brasil. Fonte e Elaboração: CAGED/MTE.

Dados da DIEESE de 2011 afirmam que as mulheres estudam um ano a mais que os homens, entretanto, a remuneração representa 56% dos que ganham os do sexo masculino. Segundo Giuberti, Menezes-Filho (2005) essa discriminação nos rendimentos ocorre devido a um menor rendimento associado à idade das mulheres decorrente da não experiência no mercado de trabalho, devido a suas decisões de fecundidade, e outras evidências nesse sentido. Já os autores Batista, Cacciamali (2009) afirmam que o fato de trabalhadores com idêntica qualificação serem remunerados de forma distinta por gênero, deve-se a sobretudo, a heterogeneidade dos trabalhadores com respeito aos seus atributos produtivos e também porque o mercado de trabalho é segmentado, sendo assim, há postos de trabalho valorizam os atributos do trabalhador de maneira diferente.

5.2.3 Especificidades do Projovem Trabalhador no Município

A prefeitura de Santa Bárbara d'Oeste fez adesão ao programa em junho de 2010, a implementação, seguindo as orientações nacionais, foi pautada em índices de escolarização deficitários da população jovem, bem como a baixa porcentagem de jovens no que concerne a incorporação ao mercado de trabalho. A política municipal que autoriza o município a participar do Projovem trabalhador - Juventude Cidadã está fundamentada legalmente no Projeto de Lei 71/2010 que se converteu na Lei nº3204 de 18 de junho de 2010.

O ProJovem Trabalhador foi lançado em 29 de junho de 2010 por meio da Secretaria de Desenvolvimento Econômico, do qual é detém a coordenação do programa. Em 30 de junho de

2010 foi realizada aula inaugural aberta à comunidade, vale ressaltar que foi firmado convênio com o Serviço Nacional de Indústrias - SENAI e com a Faculdade Anhanguera para a disponibilização de professores e das instalações, respectivamente. Além do auxílio financeiro mensal no valor de R\$ 100,00, é oferecido aos beneficiários lanches, vale transporte, material didático e duas camisetas.

De acordo com a Controladoria Geral da União por meio do empenho nº2011NE001094 de 16 de maio de 2011 foram repassados um total de R\$1.287.798,75 para a Prefeitura de Santa Bárbara d'Oeste. A emissão desse empenho foi destinada ao custeio da transferência automática de recursos do Projovem Trabalhador - Juventude Cidadã para Santa Bárbara d'Oeste de acordo com plano 2009/2010, termo de adesão assinado em 11/09/09.

Em 2010 foi oferecido os seguintes cursos: Desenhista de moda (vestuário), Desenhista de Edificações, Operador de Logística, Operador de Máquina Injetora de Termoplásticos (metal mecânica), Vendas, Assistente Administrativo, Marketing - Comunicação Social, Assistente Contábil, Panificação, Beleza e Estética. Entretanto, a baixa procura por alguns cursos e a impossibilidade de se formar uma turma, optou-se pela reconfiguração dos cursos e sendo assim, atualmente são oferecidos sete cursos:

Assistente Administrativo: Atua no segmento burocrático da empresa e aborda os seguintes eixos curriculares: Gestão de empresas informatizada, Método de análise e solução de problemas - MASP, 5S, Kaizen e Comunicação interpessoal;

Assistente Contábil: Permite atuar no setor financeiro da empresa e é composto pelos seguintes temas: Gestão de empresas informatizada, Escrita fiscal informatizada, Método de análise e solução de problemas - MASP, 5S, Kaizen e Comunicação interpessoal;

Marketing - Comunicação Social: Permite o beneficiário atuar em agências de publicidade e mídias alternativas. O curso possui a seguinte composição: marketing e comunicação social, consumo, mídia, ferramentas de marketing, publicidade e Propaganda;

Hotelaria e Hospitalidade: Atuar em redes de hotéis;

Beleza e Estética: Atuar em seguimentos de salão de beleza e moda;

Costura: Atuar no seguimento da moda, confecções, indústria, boutique, lojas e em outros do seguimento têxtil.

Panificação: Atuar no seguimento de panificação e confeitaria.

Vale ressaltar também que os cursos de Costura e Assistente Administrativo/ Contábil estão

entre as ocupações com maiores estoques, segundo o CAGED, mostrado na Figura 5.12.

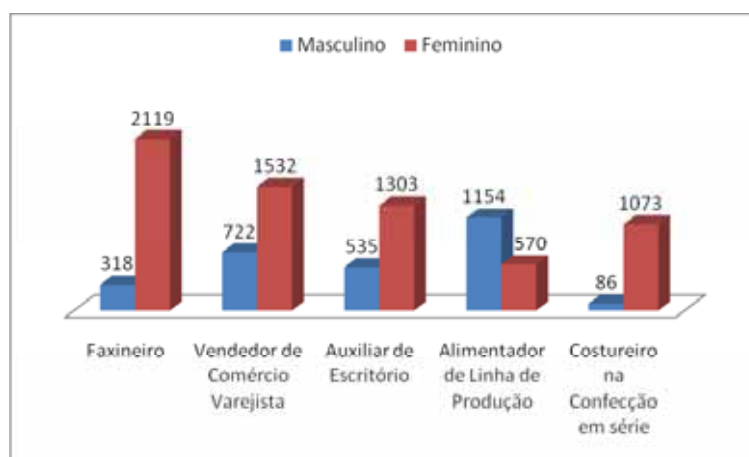


Fig. 5.12: Ocupações com Maiores Estoques por Gênero em 2010. Fonte: CAGED/MTE.

Vale ressaltar ainda que em termos de remuneração, os salários de costureiro variam de R\$777,46 para as mulheres e R\$791,48 para homens, veja na Figura 5.13 os rendimentos das demais ocupações citadas acima:

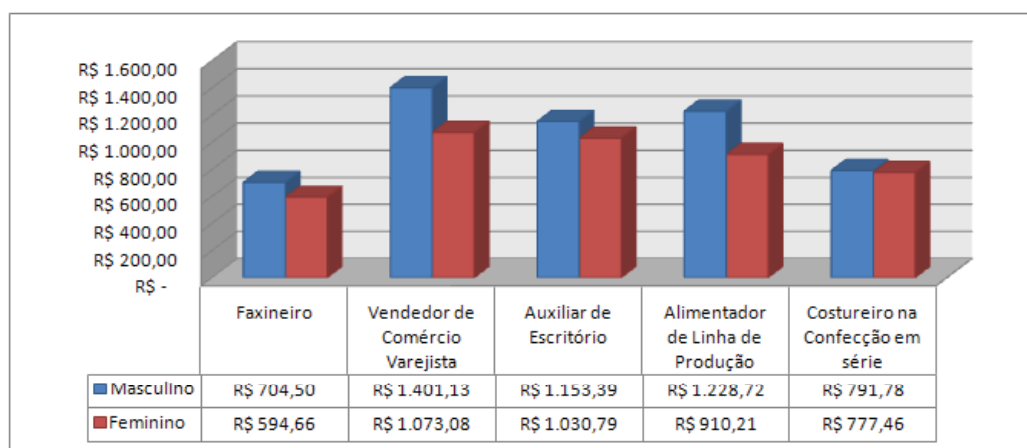


Fig. 5.13: Remuneração Média das Ocupações com Maiores Estoques por Gênero em 2010. Fonte: CAGED/MTE.

Vale ressaltar uma vez mais, a discriminação salarial por sexo, como vimos anteriormente, nota-se que em todas as ocupações os rendimentos masculinos são maiores.

De modo geral, é possível observar que a grade curricular de alguns cursos oferecidos pelo Projovem apresentam disciplinas que orientam para temas associados à Gestão da Qualidade Total, abrangendo ferramentas gerenciais como 5 S, Kaizen, Método de Análise e Solução de Problemas - MASP, entre outros. É importante salientar que, no que diz respeito à formação profissional, alguns cursos, indicam por sua estruturação e conteúdos, intensa preocupação com os anseios de um mercado de trabalho globalizado e em constante atualização.

A qualificação social, propõe-se a tratar de temas de maneira transversal, tais como empreendedorismo e economia solidária; equidade de gênero; gestão pública; terceiro setor, além de conteúdos como português, matemática e língua estrangeira; conteúdo programático das ações de qualificação social inclusão digital; valores humanos, ética e cidadania; educação ambiental, higiene pessoal, promoção da qualidade de vida; noções de direitos trabalhistas, formação de cooperativas, prevenção de acidentes de trabalho; estímulo e apoio à elevação da escolaridade.

Segundo a Prefeitura, a primeira edição do Programa foi oferecida 2000 vagas, até 02 de julho de 2010 foram efetivadas 1.200 inscrições e 595 jovens foram capacitados para o mercado de trabalho em meados de janeiro de 2011.

A segunda edição do Projovem começou em julho de 2011, disponibilizam 1.000 vagas e até dia 18 de julho foram registradas 400 inscrições.

5.2.4 Considerações Preliminares

Ao longo desse capítulo que tratou sobre o Programa Projovem - Juventude Cidadã implantado no Município de Santa Bárbara d'Oeste/SP, podemos tecer algumas considerações, levando em conta que se trata de um projeto recente e que oferece, até o presente momento, dados pouco numerosos, o que nos leva a crer que estudos futuros poderão evidenciar o progresso e resultados desta iniciativa no Município.

Os dados e informações coletados nos permitiram verificar que, no que se refere à abrangência da iniciativa, esta se mostra insuficiente, uma vez que grande parte da população jovem não será integrada - somente 2000 vagas para uma população juvenil inativa de cerca de 51.000. Ao asseverarmos esta ocorrência não estamos considerando os demais empreendimentos de inclusão sócio-profissional que por ventura possam estar sendo desenvolvidos no Município, restringindo a análise exclusivamente ao Programa em questão.

No que tange a qualificação profissional, notamos que há consonância com a demanda de empregabilidade local. A instalação de empresas como Denso do Brasil, Tenda e Dicico, representam abertura de postos de trabalho o que por sua vez exige profissionais qualificados.

Contudo, um fator a ser ponderado diz respeito ao certo risco que a adesão ao programa pode acarretar para o município, já que há exigência por parte do governo federal que o Município atinja uma meta mínima obrigatória de 30% de inserção de jovens qualificados no mercado de trabalho a ser comprovado via documentação adequada, seja inclusão em empregos formais, estágios ou programas, como Jovem Aprendiz, ou mesmo ainda por meio de formas alternativas de geração de renda. O não cumprimento da meta expõe o Município à restituição de 50% do valor gasto na qualificação profissional e social por jovem não inserido no mercado de trabalho.

Por fim podemos verificar que o Programa, em tese, apresenta uma proposta de formação técnica e formação para a cidadania. Com base no conteúdo programático divulgado, vemos que a formação técnica, imprescindível para a inserção dos jovens no atual mercado de trabalho,

procura abarcar áreas do conhecimento que permitem a absorção da mão-de-obra local, incentivando inclusive ao empreendedorismo, fator notório no contexto capitalista contemporâneo.

Já a formação para a cidadania, igualmente explícita no projeto, implicaria um passo além da lógica de mercado vigente, o que segundo Severino (2002) exige compartilhamento concreto dos bens materiais, simbólicos (culturais) e sociais, integração dos homens no universo do trabalho, da consciência pessoal e das relações político-sociais. Assim, cabe nos questionar se a formação proporcionada abrangerá efetivamente as duas esferas, técnica e crítica, ou se esta sucumbirá às exigências imediatas da outra.

Capítulo 6

Conclusão

Ao longo deste trabalho pudemos constatar o atrelamento da educação a serviço do capitalismo de modo que a formação esteja pautada a partir da competência que assume o significado de um saber fazer antes derivado da experiência do que de atividades intelectuais, sendo assim, as competências articulam conhecimento científico e formas de fazer.

Entretanto, estes saberes não se ensinam, não é possível explicá-los, não são sistematizados e não identificam suas possíveis relações com o conhecimento teórico, sendo assim, possibilitam aos alunos o incremento de conteúdos vazios e distantes, associado a isso, temos aulas tradicionais que raramente são propostos problemas que instiguem o espírito crítico e científico dos estudantes, em síntese, tem-se a domesticação de futuros trabalhadores, bem como a alienação de novas gerações de consumidores.

Dessa forma, a escola passa a ser espaço fundamental para a aquisição dos conhecimentos que permitam o desenvolvimento das competências requeridas para a inclusão na vida social e produtiva, e não como o lugar de aprender a interpretar o mundo para poder transformá-lo.

Nesse sentido, tem a formação de cidadãos que elaboram suas decisões mediante aos conceitos pré-formulados por outros, conceitos que geralmente são alienantes, que desenvolvem suas competências, mobilizando conhecimentos para a prática social e produtiva.

Dessa maneira, os métodos aplicados não levam em conta a lógica de quem aprende e nem sempre são adequadas às necessidades dos alunos, pois as situações de aprendizagem não permitem desenvolver capacidades cognitivas e afetivas voltadas ao processo intelectual, mas sim ao mundo de trabalho e das relações sociais.

Na tentativa de suprir cada vez mais esse complexo jogo econômico, torna-se necessário a elaboração de uma nova pedagogia com vista ao desenvolvimento de competências, tão necessárias para atender as demandas do mercado, em outras palavras, a inserção de uma ideologia tão alienante de modo que a escola possa se ocupar a ensinar aquilo que terá utilidade garantida, inculcando saberes associados à noção de progresso, onde o conhecimento legítimo é fundado e validado na experiência.

À medida que as escolas se apropriam desse pensamento, a educação se contamina pelo discurso neoliberal e a escola passa a ter uma visão funcionalista, ou seja, formar para o trabalho.

Dessa forma, como vimos ao longo deste trabalho, a pedagogia das competências é uma das ideologias dominantes do capitalismo contemporâneo, que de fato permite o que Moraes (2001) conceitua por "Recuo da teoria", ou seja, à supressão do aprofundamento teórico e o que está realmente em jogo é o saber fazer, a prática reflexiva, alimentada pelos discursos do pragmatismo, dessa maneira, observa-se a fragilidade teórica contrastando com resultados práticos.

A supressão do aprofundamento teórico gera crescente influência do realismo empírico e também certo consenso reduzindo à pesquisa e a formação docente à prática instrumental, nesse sentido, as ciências humanas e sociais bem como o conhecimento estão sob ameaça. (MORAES, 2001).

Moraes (2001) atenta para a degradação conceitual das ciências sociais e humanas nas sociedades capitalistas, notadamente da Filosofia e da História, promovida a partir de meados do século XX, em decorrência da reestruturação sócio-econômica ocorrida com a internacionalização do mercado e da eminência do discurso pós-moderno, procedente de propostas neo-pragmatistas e pós-estruturalistas.

Este fato refletiu sobremaneira no campo educacional que, atualmente, encontra-se afligido pelo movimento de Recuo da Teoria, citado a pouco, no qual há a prevalência dos conhecimentos provenientes da prática sobre os conhecimentos oriundos de investigação racional e objetiva (científica).

Com bem salienta Moraes (2009), inspirada pelo historiador marxista inglês E.P. Thompson, "A teoria tem consequências!": negativa, pois acentua o ceticismo generalizado sobre o conhecimento, o que os torna sem sentido, como exemplo, são as várias correntes que pertencem a agenda pós-moderna. Positiva, pois oferece bases racionais e crítica, proporcionando base para a rejeição do que a nova direita nos oferece como sabedoria política realista. No tocante a educação a importância da teoria recai sobre a possibilidade de desnudar a lógica do discurso que, ao mesmo tempo em que afirma a sua centralidade, elabora a pragmática.

Tendo como pressuposto essa ideologia, torna evidente a impossibilidade de se obter uma emancipação política, o sujeito não vislumbra a possibilidade de justificar concretamente (historicamente) as relações sociais e, desse modo, torna-se impraticável a resolução de suas contradições, ou seja, o enfrentamento de seus problemas nem tampouco a reflexão crítica e explicitação da realidade que o circunda.

Tudo isso é consequência de uma ênfase na natureza fragmentada do mundo e do conhecimento humano, gerando a impossibilidade de estabelecer uma base de resistência de modo que não se conheça a realidade efetiva, gerando um cenário na qual a informação e o conhecimento são paradigmas do padrão civilizatório contemporâneo, nesse contexto, a formação dos alunos se repousa nas competências que constrói e que o habilita para o convívio com situações cada vez mais complexas, como consequência temos a desintelectualização e alienação dos sujeitos.

De acordo com Kuenzer (2005), a fragmentação é parte do novo tipo de trabalho, pois "a divisão capitalista faz com que a atividade intelectual e material, o gozo e o trabalho, a

produção e o consumo caibam a indivíduos distintos", dessa forma, o desenvolvimento social e a ciência gerada por ela, permite aumentar a força produtiva, colocando em oposição objetiva ao trabalhador, como consequência, tem-se a o aumento da alienação dos trabalhadores, uma vez que o conhecimento científico e o saber prático são distribuídos desigualmente.

Uma síntese sobre o efeito do aumento da produtividade do trabalho nos mostra que ela permite ao trabalhador sustentar-se, cada vez com menor número de horas trabalhadas, já que produz mais agora em cada hora o que permite à empresa ganhar duplamente, mais horas de trabalho excedente em cada hora. E, se parte desse acréscimo de ganho pode ser atribuída ao aperfeiçoamento dos instrumentos de trabalho, a outra parte devida ao melhor preparo de mão de obra, que a educação capitalista, com sua tônica profissionalizante, com sua ênfase na "terminalidade", com seu condicionamento comportamental, com sua conformidade à hierarquia, instrumenta. A educação tem ainda efeito importante no próprio desenvolvimento do outro elemento do aumento da produtividade do trabalho: a geração da tecnologia. É no próprio seio do processo educativo que, através do desenvolvimento científico, se criam as condições necessárias ao aperfeiçoamento das técnicas, processos e instrumentos de produção [...]. Logicamente, ele não tem qualquer controle sobre isso, pois as regras do sistema não dependem de sua vontade (individual), e ele mesmo estará sendo mais e mais espoliado pelo processo (ROSSI, 1980, p.50-51).

O autor assinala que o desenvolvimento tecnológico deveria beneficiar a todos indiscriminadamente, entretanto, no sistema capitalista, ela se transforma em ferramenta de manutenção, reforço e reprodução das relações sociais. Dessa maneira, vale ressaltar que o espaço que legitima essa excelência é a escola, pois ela expressa a fragmentação, através dos conteúdos, métodos, formas de organização e gestão.

Neste trabalho, também tivemos a oportunidade de estudar sobre as políticas públicas que atrelam educação e trabalho de modo a tratar das relações entre qualificação, conhecimento e as possibilidades de inserção no mercado de trabalho. A política educacional voltada para a inserção no mercado de trabalho, tem igualmente a pretensão de suprir um quadro de carência, que seria diminuir a exclusão das camadas populares, de modo a atender às enormes demandas sociais existentes e produzir um amplo processo de inclusão social, muito embora as camadas populares terem tido acesso à cultura escolarizada, a educação proporcionada a esta população é de baixa qualidade.

Em busca de equacionar os problemas sociais brasileiros, os programas propostos pelo Governo Federal vêm maquiagem, mas não sanar, o problema do país, temos então, uma inclusão excludente, assim conceituado por Kuenzer (2005), trata-se de estratégias de inclusão nos diversos níveis e modalidades da educação escolar de modo que seja capaz de responder e superar as demandas do capitalismo, através da educação permanentemente, um bom exemplo são os cursos aligeirados de formação profissional, que supostamente melhorarão as condições de empregabilidade, tratam-se de estratégias que apenas conferem "certificação vazia", e "se constituem em modalidades aparentes de inclusão que fornecerão a justificativa, pela incompetência, para a exclusão do mundo do trabalho, dos direitos e das formas dignas de existência"(KUENZER, 2005, p.16).

[...] do ponto de vista do mercado, ocorre um processo de exclusão da força de trabalho dos postos reestruturados, para incluí-la de forma precarizada em outros pontos da cadeia produtiva. Já do ponto de vista da educação, se estabelece um movimento contrário, dialeticamente integrado ao primeiro: por força de políticas públicas 'professadas' na direção da democratização, aumenta a inclusão em todos os pontos da cadeia, mas precarizam-se os processos educativos, que resultam em mera oportunidade de certificação, os quais não asseguram nem inclusão, nem permanência (KUENZER, 2006, p.2-3).

Sendo assim, a ação governamental na direção de inserir jovens no mercado de trabalho através de programas que visem a qualificação e a formação rápida, como o Projovem por exemplo, notadamente são paliativas e assistencialistas, que, ao invés de promover o enfrentamento do desemprego, da pobreza, acabam perpetuando a miséria e alienação dos sujeitos, tendo em vista as relações sociais estabelecidas que plasmam as assimetrias, a exclusão e as desigualdades que se configuram na sociedade capitalista.

A educação profissional numa perspectiva compensatória e assistencialista, como uma forma de educação para pobres [...] voltada para a satisfação das mudanças e inovações do sistema produtivo e dos ditames do atual modelo econômico de desenvolvimento brasileira[...] (MANFREDI, 2002, p.57).

Verificamos no decorrer deste trabalho ainda, a elevada taxa de desemprego entre os jovens brasileiros e mesmo com o aumento da escolarização dos jovens não há um aumento correspondente na oferta de empregos, o que põe em cheque se de fato temos uma educação voltada à inserção do mercado de trabalho, assim como é questionável a eficácia das políticas de formação profissional.

No que se refere o foco da educação como instrumento para sanar o desemprego, de fato oculta a realidade histórico social do capitalismo, que atribui a responsabilidade individual pelo seu infortúnio de não conseguir um espaço no mercado de trabalho. Mészáros (2002) afirma que o desemprego é um indicador da crise estrutural do capitalismo, tendo em vista que os trabalhadores mais qualificados estão somando ao contingente de desempregos de modo a abranger a totalidade da força de trabalho da sociedade.

Dessa maneira, a relação entre educação e trabalho no capitalismo assume características específicas relacionadas às formas de produção material, tendo em vista que o sistema educacional neste regime está constituído de modo a formar um contingente de população de acordo com as exigências produtivas, em outras palavras, permite a reprodução das relações de produção vigentes que, em última análise, reforçam a divisão técnica do trabalho entre o intelectual e o manual.

Se de um lado definimos um papel para a educação capitalista, no processo de manter e reproduzir as relações vigentes sob o capitalismo, de outro, todavia, a creditamos ter demonstrado que não há razões para se acreditar em que a desescolarização viesse a mudar substancialmente aquelas relações que a escola reproduz e reforça. Porque não é a escola que determina a divisão da sociedade em classes sociais, embora contribua para a manutenção e reprodução dessa divisão (ROSSI, 1986, p.151).

Vemos assim, que o processo educativo, concebido nos seus diversos níveis, por constituir campo estratégico, uma vez que permite alinhar a sociedade às exigências econômicas precisa ser compreendido criticamente, para tanto seus meandros devem passar pelo crivo da racionalidade e de uma reflexão pautada na teoria, pois esta permite compreender as relações sociais por meio da práxis humana, levando a pensar historicamente as contradições apresentadas pela experiência e a intervir na própria realidade.

Referências Bibliográficas

ALMEIDA, Ana Maria F. Um colégio para a elite paulista. In ALMEIDA, A.M.; NOGUEIRA, M.A. (Org.) **A Escolarização das Elites: Um Panorama Internacional da Pesquisa**. Rio de Janeiro: Vozes, p.111-123. 2002.

AQUINO, Luseni. A Juventude como Foco das Políticas Públicas. IN **Juventude e Políticas Sociais no Brasil** / organizadores: Jorge Abrahão de Castro, Luseni Maria C. de Aquino, Carla Coelho de Andrade. - Brasília: Ipea, p. 2009.

BATISTA, Natalia Nunes Ferreira and CACCIAMALI, Maria Cristina. **Diferencial de Salários entre Homens e Mulheres Segundo a Condição de Migração**. Rev. bras. estud. popul. [online]. 2009, vol.26, n.1, pp. 97-115.

BRASIL. **Nível de Emprego Formal Celetista**. Cadastro Geral de Empregados e Desempregados - CAGED. Resultados do mês de junho e do primeiro semestre de 2011.p.01-27, 2011. Disponível em:< [http : //www.mte.gov.br/caged_mensal/atual/arquivos/apresentacao.pdf](http://www.mte.gov.br/caged_mensal/atual/arquivos/apresentacao.pdf) >

BRASIL. **Guia de Políticas Públicas de Juventude Brasília**: Secretaria - Geral da Presidência da República, 2006.

Disponível em< [http : //conjuve.org/wp-content/uploads/2010/10/guiajuventude.pdf](http://conjuve.org/wp-content/uploads/2010/10/guiajuventude.pdf) >

CAGED/MTE - **Cadastro Geral de Empregados e Desempregado/Ministério do Trabalho e Emprego**.< [http : //perfildomunicipio.caged.com.br/brasil.asp?entrada = SPER](http://perfildomunicipio.caged.com.br/brasil.asp?entrada=SPER) > Acesso: maio /2011

CARUSO, Luiz. A. C.Políticas de Formação Profissional:Elementos para Discussão. IN **Trabalho e Educação**. Lucília Regina de Souza Machado, Magada de Almeida neves et al. Campinas, SP:Papirus:Cedes; São Paulo:Ande, Anped, 1992.

CARVALHO, José Alberto Magno de; GARCIA,Ricardo Alexandrino. **O Envelhecimento da População Brasileira: Um Enfoque Demográfico**. Cad. Saúde Pública, Rio de Janeiro, 19(3):725-733, mai-jun, 2003

CASTRO, M.G.; ABRAMOVAY, M. **Por um Novo Paradigma do Fazer Políticas Públicas.Políticas de/para/com juventudes**. Brasília, UNESCO, 2001.

CATANI, Afrânio Mendes; GILIOLI, Renato de Sousa Porto. **Culturas Juvenis: Múltiplos Olhares**. São Paulo: Editora Unesp, 2008 (Paradidáticos, Série Cultura).

CEPAL. **Educação e Conhecimento: Eixo da Transformação Produtiva com Equidade**. Brasília, Ministério da Educação, 1993.

CONTROLADORIA GERAL DA UNIÃO < [http : //www.portaltransparencia.gov.br /despesasdiarias/empenho?documento = 380008000012011NE001094](http://www.portaltransparencia.gov.br/despesasdiarias/empenho?documento=380008000012011NE001094) >
Acesso: Junho/2011

DIEESE - Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Sócioeconômicos.
< [http : //www.dieese.org.br/](http://www.dieese.org.br/) > Acesso: maio/2011

DELORS, Jacques. Os Quatro Pilares da Educação. In Educação: **Um Tesouro a Descobrir**. São Paulo: Cortez, p.89-102, 1999.

FUNDAÇÃO SISTEMA ESTADUAL DE ANÁLISE DE DADOS - SEADE
< [http : //www.seade.gov.br /produtos/perfil/perfilMunEstado.php](http://www.seade.gov.br/produtos/perfil/perfilMunEstado.php) >
Acesso: Maio/2011

GIL. Antônio Carlos. **Como Elaborar Projetos de Pesquisa**. 3ª Ed. São Paulo: Atlas, 1991.

GIUBERTI, Ana Carolina. MENEZES-FILHO, Naércio. **Discriminação de Rendimentos por Gênero: Uma Comparação entre o Brasil e os Estados Unidos**. Econ. Aplic., 9(3) :369-383, jul-set 2005.

GONZALEZ, Roberto. Políticas de Emprego para Jovens: Entrar no Mercado De trabalho é a Saída? IN **Juventude e políticas sociais no Brasil** / organizadores: Jorge Abrahão de Castro, Luseni Maria C. de Aquino, Carla Coelho de Andrade. - Brasília : Ipea, 2009.

GORENDER, Jacob. **Globalização, Tecnologia e Relações de Trabalho**. Estud. av, vol.11, n.29, p. 311-361.1997.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística < [http : //www.ibge.gov.br](http://www.ibge.gov.br) >
Acesso: maio;2011

JULIÁ, D. **A Cultura Escolar como Objeto Histórico**. Revista Brasileira de História da Educação, São Paulo, n.01, p.09-43. Jan./jun.2001.

KUENZER, Acácia Zeneida. **Exclusão Includente e Inclusão Excludente: A Nova Forma de Dualidade Estrutural que Objetiva as Novas Relações entre Educação e Trabalho**. In: LOMBARDI, J. C.; SAVIANI, D.; SANFELICE, J.L.(org.). Capitalismo, Trabalho e Educação. 3ª ed. Campinas: Autores Associados, HISTEDBR, 2005. (Coleção Educação Contemporânea).

KUENZER, Acácia Zeneida. **A Educação Profissional nos anos 2000: A Dimensão Subordinada das Políticas de Inclusão.** Educ. Soc., v. 27, n. 96, p. 877 - 910, out. 200

LETELIER G., Maria Eugenia. **Escolaridade e Inserção no Mercado de Trabalho.** Cad. Pesquisa. 1999, n.107, p. 133-148.

LINGARD, BOB. É e não é. Globalização Vernacular, Política e reestruturação Educacional. IN BURBULES, Nicholas C.; TORRES, Carlos Alberto. **Globalização e Educação: Perspectivas Críticas.** Trad. Ronaldo Cataldo Costa. Porto Alegre:Artmed Editora, p.59-73, 2004.

LÜDKE, M.; ANDRÉ, M. E.D.A. **Pesquisa em Educação: Abordagens Qualitativas.** São Paulo: EPU, 1986.

MACHADO, Lucília R. de S. Mudanças Tecnológicas e a Educação da Classe Trabalhadora. IN **Trabalho e Educação.** Lucília Regina de Souza Machado, Magada de Almeida neves et al. Campinas, SP:Papirus:Cedes; São Paulo:Ande, Anped, 1992.

MANACORDA, M. A. **História da Educação.** 12. ed. São Paulo: Cortez, 1996.

MANFREDI, Silvia Maria. **Educação Profissional no Brasil.**São Paulo: Cortez, 2002.

MARTINEZ-RODRIGUEZ, F.M. **El Proceso de Inserción Laboral: Implicaciones Educativas para La Mejora de La Empleabilidad.** IN Revista Complutense de Educación, Vol. 2, nº.2, p.455-471, 2009.

MARX, Karl. **O Capital: Crítica da Economia Política-** Tomo I. 2 ed. São Paulo: Abril Cultural, 1983.

MAUÉS, Olgaíses Cabral. **Reformas Internacional da Educação e Formação de Professores.** Cadernos de Pesquisa, n.118, p.89-117, março/2003.

MÉSZÁROS, István. **Para além do Capital: Rumo a uma Teoria da Transição.** São Paulo: Editora da UNICAMP, Boitempo, 2002.

MORAES, Maria Célia Marcondes de. **Recuo da Teoria: Dilemas na Pesquisa em Educação.** Revista Portuguesa de Educação, ano/vol. 14, número 001. Universidade do Minho. Braga, Portugal, p.7-25. 2001

MORAES, Maria Célia Marcondes de. **"A Teoria tem Consequências": Indagações sobre o Conhecimento no Campo da Educação.** Educ. Soc., Campinas, vol. 30, n. 107, p. 585-607, maio/ago. 2009

MORROW, Raymond A.; TORRES, Carlos Alberto. Estado, Globalização e Políticas Educacionais IN BURBULES, Nicholas C.; TORRES, Carlos Alberto. **Globalização e Educação:**

Perspectivas Críticas. Trad. Ronaldo Cataldo Costa. Porto Alegre: Artmed Editora, p.27-43, 2004.

OLIVEIRA, Alberto de. **Território e Mercado de Trabalho: Discursos & Teorias.** São Paulo: Editora UNESP, 2006.

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO - OIT. **Global Employment Trends: January 2010** / International Labour Office. - Geneva: ILO, 2010.

OTTONE, Ernesto. **Educação e Conhecimento: Eixo da Transformação Produtiva com Equidade** (uma visão sintética) /CEPAL. Tradução Emiliano G. Waiselfisz. - Brasília; MEC/INEP, 1993.

PICANÇO, Iracy Silva. Revolução Tecnológica, Qualificação e Educação. IN **Trabalho e Educação.** Lucília Regina de Souza Machado, Magada de Almeida neves et al. Campinas, SP: Papirus: Cedes; São Paulo: Ande, Anped, 1992.

PILETTI, Nelson; PRAXEDES, Walter. **Mercosul, Competitividade e Educação.** Estud. av. 1998, vol.12, n.34, p. 219-233.

Pnad - 2007. Educação, Juventude, Raça e Cor. Número 12. Volume 4. Disponível em < [http : //www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/comunicado/081014_comunicado_ipea12.pdf](http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/comunicado/081014_comunicado_ipea12.pdf) > Acesso: Junho de 2011

POCHMANN, Márcio. **A Inserção Ocupacional e o Emprego dos Jovens.** Organização de Cláudio Salvadori Dedecca. São Paulo: Associação Brasileira de Estudos do Trabalho - ABET, 1998.

POCHMANN, Márcio. Emprego e Trabalho no Brasil em Perspectiva. In RATTNER, Henrique. **Brasil no Liminar do Século XXI: Alternativas para a Construção de uma Sociedade Sustentável.** Henrique Rattner (organizador). São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2000. (Coleção Estante USP - Brasil 500 anos).

POCHMANN, Márcio. **O trabalho sob Fogo Cruzado: Exclusão, Desemprego e Precarização no Final do Século.** 3ª edição - São Paulo: Contexto, 2002.

PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO - PNUD.

< [http : //www.pnud.org.br](http://www.pnud.org.br). > Acesso: Maio/2011

ROCHA, Sônia. **A Inserção do Jovem no Mercado de Trabalho.** Caderno CRH, Salvador, v.21, n.54, p.533-550, Set/Dez.2008.

ROSSI, Wagner. **Capitalismo e Educação.** Contribuição ao Estudo Crítico da Economia da

Educação Capitalista. 3ª edição São Paulo: Moraes, 1986.

SANCHIS, E. **Da Escola ao Desemprego.** Rio de Janeiro: Agir, 1997.

SANTA BÁRBARA D'OESTE. **Livro Edição Histórica de Santa Bárbara d'Oeste.** Editorial Focul Ltda. São Paulo - Brasil. 1976

SAVIANI, Demerval. **O Nó do Ensino de 2º grau.** Bimestre, São Paulo: MEC/INEP - CENAFOR, n. 1, out. 1986.

SAVIANI, Demerval. Transformações do Capitalismo, do Mundo do Trabalho e da Educação. Capitalismo, Trabalho e Educação in Lombardi, José Claudinei; SAVIANI, Demerval; Sanfelice, José Luís. **Capitalismo, Trabalho e Educação.** Edição:1ª. Editora Autores associados. 2002.

SCHULTZ, T. **O Valor Econômico da Educação.** Zahar, 2ª edição, RJ, 1973.

SILVA, Alexandre Messa. **Economia da Inovação Tecnológica.** Rev. Econ. Polit. 2007, vol.27, n.4, p. 686-687.

SEVERINO, Antonio Joaquim. **A Escola e a Construção da Cidadania.** In: Sociedade Civil e Educação. Antonio Joaquim Severino et al. Campinas, SP: Papyrus, 1992, p.9-14.

SILVA, Enid Rocha Andrade; ANDRADE, Carla Coelho de. A política Nacional de Juventude: Avanços e Dificuldades. IN **Juventude e Políticas Sociais no Brasil** / organizadores: Jorge Abrahão de Castro, Luseni Maria C. de Aquino, Carla Coelho de Andrade. - Brasília: Ipea, 2009.

VILKHOVTCHENKO. E.D. **Novas Formas de Exploração Capitalista.** Lisboa, Editorial Avante, 1987.